

Centro de Educação
Campus Universitário
Cidade Universitária
Recife-PE/BR CEP: 50.670-901
Fone/Fax: (81) 2126-8952
E. Mail: edumatec@ufpe.br
www.gente.eti.br/edumatec



FLAVIA BARBOSA FERREIRA DE SANTANA

**A ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA
DO RECIFE: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DIGITAL
SUBALTERNA OU EMANCIPATÓRIA (?)**

Recife

2011

FLAVIA BARBOSA FERREIRA DE SANTANA

**A ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA DO RECIFE:
INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DIGITAL SUBALTERNA OU
EMANCIPATÓRIA (?)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Franck Bellemain.

Co-Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Auxiliadora Soares Padilha.

RECIFE, 2011

Santana, Flavia Barbosa Ferreira de

A escola itinerante de informática da prefeitura do Recife:
instrumento da inclusão digital subalterna ou emancipatória (?) /
Flavia Barbosa Ferreira de Santana. – Recife: O Autor, 2011.
124 f..

Orientador: Prof. Dr. Franck Bellemain

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Pernambuco, CE, Programa de Pós-Graduação em Educação
Matemática e Tecnológica, 2011.

Inclui Bibliografia e Apêndices.

1. Informática na educação 2. Inclusão digital 3. Inclusão
social I. Bellemain, Franck (Orientador) II. Título

CDD 371.344

UFPE (CE 2011-030)



ALUNA

FLÁVIA BARBOSA FERREIRA DE SANTANA

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

“A escola itinerante de informática da prefeitura do Recife: instrumento de inclusão digital subalterna ou emancipatória (?)”

COMISSÃO EXAMINADORA:

Presidente e Orientador
Prof. Dr. Franck Gilbert René Bellemain

Co-Orientador
Profª. Drª. Maria Auxiliadora Soares Padilha

Examinador Externo
Prof. Dr. Edilson Cazeloto

Examinador Interno
Profª. Drª. Patrícia Smith Cavalcante

Recife, 25 de fevereiro de 2011.

Este trabalho é dedicado à minha querida e sempre amiga Auxiliadora Padilha (Dora), que com sua grande competência cognitiva, seu olhar crítico, suas excelentes e inúmeras orientações, sua sede de ensinar e de aprender me ajudou a vencer mais essa importante etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter permitido chegar este dia. Aos Professores Auxiliadora Padilha, Edilson Cazeloto, Franck Bellemain e Patrícia Smith pelas valiosas contribuições na banca de qualificação. Ao Grupo de Pesquisa em Inclusão Digital pelas inúmeras discussões e reflexões feitas ao longo dos nossos encontros. A todos os entrevistados, parte fundamental para a colaboração na partilha de informações e dados desta dissertação. Aos amigos que sempre foram instrumento de incentivo, em especial a Manu Melo que sempre atenta acompanhou cada passo de minha trajetória, a Ana Augusta Amorim que me esclareceu dúvidas importantes, a Adilza Gomes que sempre me auxiliou quando precisei, a Raquel Aquino que mesmo distante sempre orou e torceu por mim e a Teca Didier que desde a graduação vibra com minhas conquistas. Agradeço ainda a Amélia Moraes pelo incentivo e conversas esclarecedoras, a Neuza Pedrosa pelas discussões e debates sobre a temática da inclusão digital que era comum em nossas pesquisas, aos colegas do Edumatec pelo convívio e inúmeras discussões acadêmicas, a minha família (mainha, painho, titia Lulu e minhas irmãs queridas: Amanda, Beth, Catarina, Janaina e Karla) que mesmo sem se dar conta do que pesquiso e o que faço tem muito orgulho de mim, estiveram presentes em momentos importantes e perdoaram todas as minhas ausências em datas significativas. Por fim, mas não por último, gostaria de fazer um agradecimento especial à Professora e amiga Auxiliadora Padilha (Dora) pelo incentivo, anterior a entrada no curso, e por vibrar comigo a cada descoberta, conquista e conhecimento produzido e construído.

"Quando existe avanço tecnológico sem avanço social, surge quase automaticamente, um aumento da miséria humana."

Michael Harrington

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral analisar a concepção de inclusão digital presente no Projeto da Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife – recife.com.jovem (EII). A motivação principal decorreu do fato de que apesar do grande esforço do Governo Federal, Estadual e Municipal no desenvolvimento de inúmeros programas e projetos de inclusão digital, poucos estudos foram capazes de demonstrar qual a concepção de inclusão digital estava presente nesses Programas e Projetos e como a população que faz uso desses se apropria dos mesmos. Como aporte teórico, trouxemos para o estudo uma reflexão sobre a relação entre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e inclusão social, discutindo a influência das novas tecnologias nas relações sociais. Para isso também refletimos sobre as três dimensões da inclusão social: a dimensão econômica, a dimensão cognitiva e a dimensão política. Adiante trouxemos uma análise sobre a inclusão digital na sociedade contemporânea buscando compreender como ela atua na dinâmica social. Depois apresentamos uma discussão sobre inclusão digital na sociedade contemporânea trazendo alguns conceitos relevantes sobre inclusão digital. Em seguida apresentamos algumas políticas de inclusão digital na Prefeitura do Recife destacando o Projeto da Escola Itinerante de Informática – recife.com.jovem (EII). A metodologia do nosso estudo se baseou na coleta das notícias veiculadas no site da Prefeitura do Recife sobre o Projeto da EII, na aplicação de um questionário aberto com a Coordenadora do Projeto da EII e na aplicação de formulários eletrônicos aplicados aos alunos do Curso oferecido pela EII. Para análise dos dados utilizamos a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Os resultados permitiram identificar a concepção de inclusão digital presente nos dados coletados. Concluímos que é preciso atribuir às TICs a devida importância na sociedade da informação lembrando que não apenas elas promovem mudanças sociais, mas sim a constante formação intelectual dos indivíduos através dos processos cognitivos que vão além da proposta para ampliação de mercados. Destacamos também que um programa público de inclusão digital deve oferecer o acesso à tecnologia, mas atrelado a isso deve agregar conceitos, valores e compreensões sobre o papel dessa tecnologia considerando o contexto de uso das mesmas. A consideração do contexto se mostrou fundamental para que houvesse impactos mais significativos nas comunidades atendidas pelo Projeto. No entanto, é preciso considerar também a dimensão interativa da inclusão digital, que para nós é aquela que considera o contexto, a interatividade entre os sujeitos, a apropriação social das TICs, a participação das pessoas na rede, a valorização da cultura e o sentimento de pertença.

Palavras-chave: Tecnologia; Inclusão Social; Inclusão Digital; Escola Itinerante de Informática.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the concept of digital inclusion present in the Project Itinerant School of Informatics of Recife - recife.com.jovem (EII). The main reason was due to the fact that despite the great effort of Federal, State and Municipal levels in developing numerous programs and projects of digital inclusion, few studies have been able to demonstrate that the design of digital inclusion were present in these programs and projects and how the population that uses these appropriates them. As a theoretical contribution, the study brought to a reflection on the relationship between Information and Communication Technologies (ICTs) and social inclusion, discussing the influence of new technologies on social relations. For that we reflect on the three dimensions of social inclusion: the economic dimension, the cognitive dimension and the political dimension. Brought forth an analysis of the digital divide in contemporary society in order to understand how it works in social dynamics. After a discussion of digital inclusion in contemporary society by bringing some relevant concepts on digital inclusion. The following are some policies of digital inclusion in the City of Recife highlighting the design Itinerant School of Informatics - recife.com.jovem (EII). The methodology of our study was based on collection of news site of Recife on the EII Project in the implementation of an open questionnaire to the Project Coordinator of the EII and implementation of electronic forms given to students of the course offered by EII. For data analysis used content analysis (Bardin, 1977). The results showed the design of digital inclusion present in the data collected. We conclude that we must give due importance to ICTs in the information society reminding them that not only promotes social change, but the constant intellectual development of individuals through cognitive processes that go beyond the proposal for expanding markets. We also highlight that a public program of digital inclusion should provide access to technology, but it must be towed by adding concepts, value and understandings about the role of this technology considering the context of using them. The consideration of context have been very important for there to be more significant impacts in the communities served by the project. However, one must also consider the interactive dimension of digital inclusion, which for us is one that considers the context, the interaction between subjects, the social appropriation of ICTs, people's participation in the network, appreciation of culture and sense of belonging.

Keywords: Technology, Social Inclusion, Digital Inclusion, Itinerant School of Informatics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	18
TECNOLOGIA E INCLUSÃO SOCIAL	18
1.1 INCLUSÃO SOCIAL NUMA PERSPECTIVA TECNOLÓGICA	19
1.2 INCLUSÃO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES	25
CAPÍTULO 2	30
<i>INCLUSÃO DIGITAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....</i>	<i>30</i>
2.1 INTRODUÇÃO	31
2.2 CONCEITOS RELEVANTES SOBRE INCLUSÃO DIGITAL	31
2.3 INCLUSÃO DIGITAL E SEUS DETERMINANTES TECNOLÓGICOS: ACESSO E USO, COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA	37
2.4 INCLUSÃO DIGITAL NA PREFEITURA DO RECIFE	44
2.4.1 A ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA	46
2.4.2 AS REGIÕES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS	48
CAPÍTULO 3	53
<i>DESENHO METODOLÓGICO</i>	<i>53</i>
3.1 INTRODUÇÃO	54
3.2 SUJEITOS E DOCUMENTOS	54
3.3 CAMPO EMPÍRICO.....	55
3.4 ABORDAGEM ETNOGRÁFICA.....	56
3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	59
3.6 INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	61
CAPÍTULO 4	63
<i>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</i>	<i>63</i>
4.1 INTRODUÇÃO	64
4.2 GRUPO 1 – INSTITUCIONAL: NOTÍCIAS, PROJETO E QUESTIONÁRIO ABERTO RESPONDIDO PELA COORDENADORA.....	65
4.2.1 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DAS NOTÍCIAS	65
4.2.2 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DO PROJETO DA EII	71
4.2.3 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DO QUESTIONÁRIO ABERTO RESPONDIDO PELA COORDENADORA DA EII.....	77

4.3 GRUPO 2 – BENEFICIÁRIOS: FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS APLICADOS COM OS ALUNOS DA EII.....	83
4.3.1 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DA TURMA FINALIZANDO O CURSO	85
4.4 GRUPO 3 – RELACIONAL: INCLUSÃO DIGITAL DO PROJETO X INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS.....	96
4.4.1 DIMENSÃO INTERATIVA DA INCLUSÃO DIGITAL	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106
APENDICE 01: QUESTIONÁRIO ABERTO APLICADO COM A COORDENADORA DA ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA	110
APENDICE 02: FORMULÁRIO ELETRÔNICO APLICADO AOS ALUNOS (1ª VERSÃO)	111
APENDICE 03: FORMULÁRIO ELETRÔNICO APLICADO OS ALUNOS (2ª VERSÃO)	118

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo identificar e analisar a concepção de inclusão digital do Projeto da Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife – recife.com.jovem (EII) e dos atores envolvidos (a Prefeitura – através das notícias veiculadas no diário Oficial, o Projeto da EII, a Coordenadora e os alunos).

A motivação inicial para este estudo decorreu do fato de que apesar do grande esforço do Governo no desenvolvimento de inúmeros programas e projetos de inclusão digital, poucos estudos foram capazes de demonstrar a concepção de inclusão digital presente nesses Programas e Projetos e como a população que faz uso desses se apropria dos mesmos.

Outra motivação surgiu após constatação de que havia uma diversidade de objetivos de inclusão digital nesses Programas e Projetos de inclusão digital, levando-nos a questionar se essa diversidade influenciava na concepção de inclusão digital dos mesmos. Estes estudos também mostraram que indivíduos que tem acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tendem a ter mais escolaridade, maior renda e ocupações mais elevadas do que aqueles que não tem acesso às TICs. E, por fim, diversos Programas sociais estavam sendo instituídos na Rede Municipal de Ensino do Recife com objetivos de incluir digitalmente, e que, naquele momento, coadunavam, pelo menos em tese, com o discurso da gestão da Cidade.

Dentre os programas instituídos pelo Governo Municipal, estava o Programa Municipal de Tecnologia da Educação – PMTD, tendo como objetivo maior trabalhar a proposta de inclusão digital das classes populares como meio para a inclusão social. O Projeto da EII compõe essa Proposta governamental. Nesse sentido, o Projeto estava sendo implantado na Rede Municipal de Ensino do Recife, através do já extinto Departamento de Tecnologia na Educação – DTE, atualmente denominado Diretoria Geral de Tecnologia na Educação e Cidadania – DGETEC. Por tudo isso, temos o interesse de verificar se o Projeto da EII realmente atende aos objetivos a que se destina ou se apenas busca trazer aos discursos da rede, a ‘onda’ da inovação e inclusão tecnológica.

A inclusão digital é vista hoje como um pré-requisito para a vida na sociedade contemporânea e como uma tendência global na qual de uma forma induzida ou espontânea estamos imersos (LEMOS, 2004). Como consequência disto, Governos de todo o mundo buscam desenvolver políticas de inclusão digital de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e serviços. Como exemplo, podemos destacar a criação em 2006 do Portal de Inclusão Digital do Governo Federal, que reúne as ações e programas atualmente existentes, notícias e eventos do Governo Federal relacionados à Inclusão Digital. Dentre estes Programas, destacamos: Casa Brasil; Computador para Todos (PC conectado); Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão; Maré - Telecentros da Pesca; Pontos de Cultura - Cultura Digital; Programa Estação Digital; Quiosque do Cidadão; SERPRO Cidadão; Telecentros Banco do Brasil; TIN - Telecentros de Informação e Negócios e mais recentemente o Projeto um Computador por Aluno (UCA).

Na esfera Municipal constatamos que a Prefeitura do Recife tem buscado concentrar esforços no que tange a inclusão digital dos cidadãos. Como exemplo, destacamos algumas das iniciativas: Projeto MMM - Miniweb Multilíngüe e Maxiaprendizagem da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – SEEL; Programa Municipal de Formação Continuada de Professores da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – SEEL; o Projeto Escola Itinerante de Informática – recife.com.jovem da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – SEEL; Internet sem fio (wireless) nos mercados públicos: Mercados da Madalena, São José, Boa Vista, Cordeiro, Encruzilhada e no Parque da Jaqueira; Telecentro Comunitário do Recife apoiado pelo Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) e recentemente a criação do Portal Educar (Portal do Professor) da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – SEEL.

De maneira geral, observamos que o Governo brasileiro ainda não dispõe de um programa único e integrado de inclusão digital para o país, articulando iniciativas federais, estaduais, municipais e também iniciativas privadas e do terceiro setor. No entanto, apesar dessas iniciativas terem sido criadas com o objetivo maior de incluir digitalmente, suas ações e preocupações estão ainda muito voltadas para o aspecto técnico e instrumental do acesso e do uso da tecnologia, quando na verdade deveriam primar pelo processo de interação entre acesso, uso e produção do conhecimento.

É certo que a disponibilidade do acesso TICs é requisito necessário para que haja inclusão digital, no entanto, ela *per si* não é suficiente. Somente a partir do processo de interação entre acesso e uso é que se efetivará uma inclusão digital para além da aquisição do desenvolvimento da habilidade técnica, conhecimentos mecânicos e da instrumentalização em informática. Um requisito fundamental é a inclusão social que por sua vez requer renda e educação.

É importante destacar que além da desigualdade existente no acesso às TICs, também existem desigualdades na forma como estas são usadas. Muitas vezes essas desigualdades decorrem de um contexto social marcado pela carência de várias condições (educação, saúde, lazer, alimentação, cultura, economia, política, entre outros), inclusive de refletir criticamente sobre o tipo de acesso que se tem ou que é disponibilizado. Portanto, ainda é fundante que se reflita, discuta e analise os entraves e possibilidades da tríade: inclusão digital, inclusão social, TICs na sociedade contemporânea, também chamada de sociedade informacional (CASTELLS, 2002).

Assim sendo, o problema dessa pesquisa surgiu na medida em que as ações e preocupações dos programas de inclusão digital estão ainda muito voltadas para esses aspectos técnicos e instrumentais do acesso e do uso da tecnologia. Nesses programas, os conceitos de inclusão social e de inclusão digital, quando identificados, apresentam-se de diferentes maneiras e dimensões. Além disso, a relação que se estabelece entre as duas inclusões (social e digital) nem sempre acontece de forma clara e direta como pode parecer à primeira vista.

A princípio, precisávamos compreender os conceitos de inclusão social e digital e suas dimensões e aspectos. A primeira dificuldade encontrada foi a própria definição do que vem a ser inclusão digital. Inicialmente, inclusão digital entendida como uma forma de proporcionar o acesso às novas tecnologias, mas, nos últimos anos, a literatura sobre o assunto (VAN ACKER, 2009; CAZELOTO, 2008; WARSCHAUER, 2006; GUERREIRO, 2006; SORJ & GUEDES, 2005; SORJ, 2003; PELLANDA, 2005; SILVEIRA, 2003; SILVEIRA, 2001) tem procurado demonstrar que o uso efetivo das tecnologias e o contexto local de aplicação dos programas são indissociáveis do acesso para conceber e conceituar inclusão digital. Neste sentido, acreditamos que uma coisa não prescinde da outra.

Quando procuramos identificar os objetivos dos programas de inclusão digital, nos deparamos com objetivos muito diferentes entre si, a saber: os econômicos; os de ampliação de mercados; os para democratização da informação e do conhecimento; os que contemplam a dimensão política da inclusão social; os que visam capacitar mão de obra trabalhista.

De acordo com o exposto acima, vemos que dependendo da forma como concebemos e conceituamos inclusão digital teremos ênfases diferentes na formulação dos programas e projetos de inclusão digital. Sendo assim, desvelarmos a real concepção de inclusão digital do Projeto da Escola itinerante de Informática da Prefeitura do Recife poderá contribuir para uma efetiva inclusão digital das pessoas que são atendidas pelo projeto e para a melhoria da formulação das suas ações em inclusão digital.

Assim, tivemos como questões: Quais os conceitos de inclusão digital são concebidos pela EII? Quais ações são desenvolvidas para que os objetivos propostos em seu Projeto sejam atingidos? Será que as ações trazidas pelo Projeto da EII contribuem para incluir os usuários digitalmente, propondo alternativas de aprendizado e conhecimento e dando conta das dimensões e aspectos de uma inclusão social e digital significativas? A relação entre inclusão digital, inclusão social e uso das TICs é proposta em seu projeto?

Nossa hipótese inicial era que os programas governamentais de inclusão social deveriam ampliar o conceito de inclusão digital e que as ações da Escola Itinerante de Informática eram muito mais de adaptação dos sujeitos a uma sociedade exploradora e globalizada, onde o acesso à Internet e a distribuição de computadores ainda se constituíam as principais formas de se pensar a inclusão digital, do que ações que promovessem a apropriação de novos conhecimentos e melhoria social a partir do uso da tecnologia. Não incluindo, assim, democraticamente, criticamente e conscientemente o sujeito em uma realidade complexa e digital.

Para responder essa hipótese admitimos as seguintes suposições:

- Os programas de inclusão digital enfatizam mais o acesso que o uso das tecnologias e o acesso à Internet e a distribuição de computadores ainda se constituem as principais formas de se pensar a inclusão digital, sem a preocupação com a apropriação de novos conhecimentos.

- Os programas de inclusão digital priorizam os conteúdos técnicos em detrimento daqueles de promoção de cidadania ativa e participativa, onde os conteúdos são voltados para cursos básicos, se detendo apenas a forma de acesso e uso a tecnologia (aspectos técnicos e instrumentais).

Essa pesquisa estudou a temática da inclusão digital, a qual é dada bastante importância na medida em que a tecnologia e o conhecimento passam a ser considerados insumos básicos para as mudanças sociais, de maneira especial, para inclusão social. É fato a importância e influência das novas TICs na sociedade contemporânea, sejam por questões econômicas, sociais, políticas, culturais ou educacionais. Por isso se torna cada vez mais relevante uma reflexão ampla e esclarecedora acerca da temática inclusão digital.

O objetivo do nosso estudo foi investigar, identificar e analisar criticamente qual concepção de inclusão digital estava presente no Projeto da Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife. Assim, os resultados desse estudo pretendem contribuir para uma melhor formulação de políticas públicas de inclusão digital no âmbito Municipal, possibilitando uma inclusão social em sua totalidade. Uma vez que segundo Pereira, “... onde há exclusão social há também uma perversa relação de causa e efeito: a exclusão tecnológica” (PEREIRA apud PAIVA; PEREIRA, 2007). Como consequência, espera-se participar criticamente no debate sobre políticas públicas de combate à exclusão social.

Neste sentido, iniciamos essa dissertação destacando nesta introdução elementos fundamentais para elaboração da pesquisa, a saber: objetivos, motivação, problemática, problema, questões, hipótese, contribuição do estudo para a área e a estrutura da organização do texto desse projeto de dissertação.

Adiante, no capítulo 1, apresentamos o aporte teórico trazendo uma reflexão sobre a relação entre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e inclusão social, discutindo a influência das novas tecnologias nas relações sociais, admitindo que ela assume um significado de destaque na vida social da pessoa ao possibilitar o exercício de direitos e deveres. Trazemos, ainda, uma análise sobre a inclusão social na era digital, destacando o impacto que a revolução tecnológica causou na vida em sociedade, bem como alguns aspectos que a definem. Para isso refletimos sobre as três dimensões da

inclusão social que estão mais diretamente relacionadas com a tecnologia: a dimensão econômica, a dimensão cognitiva e a dimensão política.

Na dimensão econômica, que é a que se relaciona com a questão da empregabilidade, inclusão social significa estar inserido no mercado de trabalho, de forma digna e em condições de auto-sustentação. Na dimensão cognitiva a inclusão social se relaciona com o grau de capital cognitivo ou informacional que o indivíduo tem para a produção de conhecimento, útil para seu desenvolvimento dentro da chamada sociedade da informação. Já na dimensão política, encontramos a relação da capacidade dos indivíduos exercerem seus direitos como cidadãos e de terem voz na esfera pública.

No capítulo 2, trazemos uma análise sobre a inclusão digital na sociedade contemporânea buscando compreender como ela atua na dinâmica social. Nele, destacamos alguns conceitos relevantes para a inclusão digital: inclusão digital como acesso, onde está implícito que a solução para o problema da exclusão digital está na disponibilidade das ferramentas e infraestruturas tecnológicas; e a reflexão sobre inclusão digital como uso, onde apontamos que além da desigualdade existente no acesso às TICs, existem desigualdades na forma como são usadas. Ainda no capítulo 2, trazemos uma discussão sobre a inclusão digital e seus determinantes: acesso e uso, competência informacional e apropriação tecnológica, conceitos importantes para a análise do nosso objeto de pesquisa.

No capítulo 3 apresentamos algumas políticas de inclusão digital na Prefeitura do Recife, identificando alguns projetos, mas procurando dar ênfase ao Projeto da Escola Itinerante de Informática – recife.com.jovem (EII), detalhando seus objetivos e ações.

No capítulo 4 detalhamos a metodologia do nosso estudo. Inicialmente falamos da importância das pesquisas em ciências humanas e sociais e, em seguida descrevemos a abordagem de pesquisa que foi utilizada em nosso estudo, o detalhamento da abordagem, os sujeitos, o campo empírico, os instrumentos de coleta e análise de dados, a saber: Análise de Conteúdo (Bardin, 2009).

No capítulo 5 apresentamos os resultados e a discussão destes. Nesse sentido, apresentamos as concepções de inclusão digital presentes nas notícias, no Projeto da EII, nas respostas dadas pela coordenadora no questionário aberto e nas respostas dadas pelos alunos através de formulários eletrônicos. Também trazemos uma reflexão a

respeito de como o Projeto pretende incluir digitalmente e como os alunos querem ser incluídos. Por fim apresentamos as conclusões do nosso estudo e descrevendo as proposições para estudos futuros.

CAPÍTULO 1
TECNOLOGIA E INCLUSÃO SOCIAL
Inclusões e Exclusões...

1.1 INCLUSÃO SOCIAL NUMA PERSPECTIVA TECNOLÓGICA

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), principalmente o uso do computador, provocam profundas mudanças na sociedade: alteração da percepção da realidade, do tempo e do espaço; aumento da exclusão socioeconômica; ampliação de mercados; possibilidade de construção de cidadãos mais competentes, qualificados e críticos; aumento do desemprego; exigência de uma nova educação; promoção do acesso a inclusão social, entre outros.

Segundo Guerreiro (2006),

A tecnologia, ao mesmo tempo em que passa a ser responsável pela melhora dos bens e serviços consumidos pela sociedade, também interfere histórica, social, econômica e culturalmente, provocando mudanças radicais no modo de agir, sentir e pensar da humanidade (GUERREIRO, 2006, p.171).

A sociedade estabelece uma íntima analogia entre relações sociais e as novas tecnologias, sendo fortemente influenciada por elas, por estar presente na vida cotidiana de cada indivíduo. Essa nova dinâmica permite que as pessoa emitam e obtenham informações em tempo real, de diversos formatos. Ainda segundo Guerreiro (2006), "a comunicação assume lugar de destaque: produz riqueza pela capacidade de pensar e usar a criatividade" (p. 77).

Vale salientar que essa relação entre inclusão social e tecnologia além de não ser direta, é flexível, uma vez que a tecnologia é inserida na sociedade sempre imersa em um conjunto de forças econômicas, culturais, sociais e políticas. É importante também destacar que há uma ligação entre tecnologia e relações de poder e de dominação ampliando situações de exclusão e de dominação ao manter hegemonias há muito consolidadas. Segundo Silveira (2010),

O grande problema é que as novas tecnologias geram, também, novas exclusões. Mas essas não são apenas sociais. As tecnologias da informação não ampliam simplesmente a força física ou a capacidade de produção em escalas de coisas. Elas ampliam a capacidade das pessoas

transformarem informação em conhecimento, portanto são tecnologias da inteligência (SILVEIRA, 2007).

Embora a conexão da humanidade seja massiva, não acarreta em mais igualdade entre os homens. Ao contrário, tem-se como certo hoje que a exclusão digital acentua ainda mais a exclusão socioeconômica, uma vez que a maioria dos programas e projetos de inclusão digital focaliza muito mais o fornecimento de software dando pouca importância aos sistemas sociais e humanos. Segundo Warschauer (2006),

É difícil que o sentido original de exclusão digital – que atribui importância dominante à disponibilidade física de computadores e conectividade, e não a questões de conteúdo, língua, educação, letramento ou recursos comunitários ou sociais – seja superado pelas pessoas (WARSCHAUER, 2006, p. 21).

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão cada vez mais presentes em nossa sociedade, convergindo gradativamente com as relações sociais, políticas e econômicas. Warschauer (2006), parte da premissa de que “a capacidade de acessar, adaptar e criar novo conhecimento por meio do uso da nova tecnologia de informação e comunicação é decisiva para a inclusão social na época atual” (p. 25). Dessa forma, fica claro que incluir socialmente é o primeiro passo para inserir os indivíduos excluídos em uma nova realidade local e global.

Warschauer (2006) nos traz ainda que “o desafio político global não é superar a exclusão digital, mas expandir o acesso e o uso da TIC para promover a inclusão social” (p. 45). Ainda em relação a essa afirmação Sorj e Guedes (2005) destacam que:

Políticas públicas podem aproveitar as novas tecnologias para melhorar as condições de vida do conjunto da população e dos mais pobres, mas a luta contra a exclusão digital é, sobretudo, uma luta para encontrar caminhos para diminuir o impacto negativo das novas tecnologias sobre a distribuição de riqueza e oportunidades de vida (SORJ e GUEDES, 2005, p. 2).

Dentro dessa dinâmica, surgem os programas de inclusão digital trazendo em sua grande maioria a ideia de levar a tecnologia ao alcance da sociedade através de projetos que focalizam estratégias de disseminação dos computadores e instrumentalização em informática à população menos favorecida, pois se acredita que através da expansão do acesso e do uso das TICs é que se promove a inclusão digital, minimizando assim a exclusão social. Por isso, muitos programas de inclusão digital, tanto do setor público como do terceiro setor, propõem aos indivíduos o acesso às novas TICs através de processos que reforçam a reprodução e a recepção passiva da informação e do conhecimento.

Ainda assim, o fenômeno do acesso à rede, embora seja crescente em todos os níveis socioeconômicos, ainda se reflete muito mais nas camadas mais privilegiadas da sociedade: os mais alfabetizados, os universitários, pesquisadores, cientistas e acadêmicos. Isso pode ocorrer principalmente pela má distribuição de renda, pela pobreza que gera exclusão social e também pela dificuldade de acesso ao conhecimento. Como também pelo fato de que a maioria dos programas de inclusão digital está mais preocupada em aprofundar a questão da técnica em detrimento do uso das TICs, utilizando-as apenas como uma ferramenta de busca e uso das informações.

Incluir numa perspectiva tecnológica envolve não apenas qualificar pra melhoria de vida ou para o mundo do trabalho, mas sim capacitar as pessoas para tomar decisões sobre a importância das finalidades da tecnologia, pois assim possibilita uma postura que oportuniza a construção da cidadania numa perspectiva de inclusão digital que vai além da assimilação do conhecimento já estruturado. Ou seja, é preciso compreender a inclusão digital como um aspecto da inclusão social.

Como exemplo, podemos destacar que dentre os projetos desenvolvidos e implantados pela Prefeitura do Recife, descritos anteriormente, o único que visava mais que o acesso e o uso instrumental das novas tecnologias era o MMM – Miniweb Multilíngüe e Maxiaprendizagem, que tinha o objetivo de favorecer o processo de leitura e escrita.

A maioria das iniciativas em inclusão digital está mais voltada para o aspecto técnico e instrumental do uso das novas TICs, onde as prioridades, a partir do que foi aprendido, são: a ampliação de mercado e o favorecimento da empregabilidade, através

da capacitação da mão de obra trabalhista barata; e a democratização do acesso, através do uso da tecnologia para utilização de serviços, acesso informações e manuseio.

Essas iniciativas enfatizam a utilização da tecnologia como instrumento para a inclusão social e consideram apenas os aspectos benéficos que depositam na tecnologia, não levando em conta outros aspectos que atuam em conjunto com ela, tais como: os educacionais, sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros. Não podemos esquecer que a inserção das TICs na sociedade é permissiva e tanto pode ser um instrumento que traz melhoria como pode ser um instrumento de manipulação político-ideológica da sociedade.

Diante disso, é necessário refletir tanto sobre a questão da ambivalência entre tecnologia e inclusão social quanto sobre o papel da inclusão digital na sociedade contemporânea. Admitindo que apesar do acesso à informação desembocar em educação, cultura e conhecimento, ainda assim não gera igualdade na distribuição das ferramentas tecnológicas para acesso a essa rede de conhecimento e ainda essa desigualdade de acesso contribui para um aumento da desigualdade social.

O termo inclusão social e também o seu oposto, exclusão social, são utilizados para designar fenômenos das desigualdades sociais. Na era digital ou no capitalismo informacional, nas palavras de Castells (1999), inclusão social passa pela inclusão digital. Neste sentido, consideramos que inclusão social é a questão maior ou final em que está inserida a inclusão digital.

A inclusão digital é apontada hoje como condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão, uma vez que é pré-requisito para a participação na vida pública, assumindo um significado de destaque na vida social da pessoa ao possibilitar o exercício de direitos e deveres. Demo (1995) afirma que a cidadania é “a raiz dos direitos humanos” (DEMO, 1995, p. 171).

A ideia geral de inclusão social é a de fazer parte de algo, estar incluso em um grupo ou comunidade, pertencimento. Existem vários conceitos, abordagens e dimensões de inclusão social. No entanto, trazemos para esse estudo as dimensões que estão mais relacionadas com o uso da tecnologia na sociedade contemporânea.

Para Castells (1996), o centro da sua reflexão é a revolução tecnológica e seus impactos na vida social como um todo. Ele analisa a condição pós-moderna a partir das

relações sociais e caracteriza a sociedade como sendo de fluxos, de rede, afirmando que estas mudanças se relacionam com os impactos da revolução: a influência da tecnologia nas relações de trabalho, na resignificação do tempo e espaço e nas novas identidades (CASTELLS, 1996). Outros aspectos também caracterizam essa revolução tecnológica: os processos (que envolvem todos os campos da atividade humana) e a matéria-prima/resultados (a informação). Evidenciando que isso tem impacto direto na sociedade uma vez que informação e conhecimento estão inseridos em seu contexto e são determinantes para legitimar dominações e manter hegemonias.

Até aqui, o termo inclusão social, bem como seu oposto, exclusão social, era usado para definir as questões sociais (saúde, educação, cidadania, renda, política, empregabilidade). Agora há uma nova forma de pensar a inclusão e a exclusão social: aquela relacionada ao acesso e ao uso das novas tecnologias da comunicação e informação (CASTELLS, 1996).

Em relação a isso, afirmamos que a exclusão digital contribui significativamente para a exclusão social. Cazeloto (2008), ao se referir sobre o termo exclusão digital, afirma que “trata-se, na verdade, de mais um movimento de “desenraizamento” e “reenraizamento” promovido pelo capital” (p. 146. Grifos do autor). A inclusão digital, neste caso, tem sido apresentada, nos discursos governamentais e não governamental e, inclusive do setor privado como determinante para a manutenção dos papéis sociais, ao gerar diferentes formas de acesso a diferentes camadas sociais.

A maneira como conceituamos ou compreendemos a inclusão social será determinante para a elaboração de programas e projetos de inclusão digital. Sem essa consciência cria-se a ideia de uma inclusão digital falsa e ingênua. Uma abordagem que considere os aspectos tecnológicos e sociais na formulação dos programas contribuirá para uma melhor definição dos limites e possibilidades de inclusão digital. Segundo Silveira et. al (2010),

Uma política de inclusão social só pode ser entendida a partir de uma análise do processo cumulativo de exclusão que se agrava com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (SILVEIRA et al, 2010, p.187).

A partir de então surgem duas frentes de análise e enfrentamento do problema da exclusão digital. A primeira enfatiza a necessidade de prover acesso à Internet de forma abrangente e equitativa para a população de baixa renda, uma vez que, principalmente por questões de baixa renda, essas pessoas não têm as mesmas oportunidades de obter este acesso. A segunda procura demonstrar que, embora o acesso seja condição básica para a mudança social desejada, é necessário centrar as ações em como usar a tecnologia e em como transformá-la em algo socialmente relevante nas comunidades mais pobres.

É importante reconhecer que a exclusão social é derivada, principalmente, da má distribuição de renda, pela pobreza que se desdobra no desemprego, na desvalorização da identidade cultural e comunitária, na dificuldade de acesso ao conhecimento, entre outros. No que se refere à dificuldade do acesso ao conhecimento, Guerreiro (2006) afirma que na sociedade contemporânea

(...) a força de trabalho humana deixa de ser gradativamente representada pelo emprego da força física e passa a requerer o emprego gradual do CONHECIMENTO, enquanto habilidades e responsabilidade individual pela produção inteligente de riqueza (GUERREIRO, 2006, p. 77. Grifos do autor).

Ainda em relação ao exposto acima, Cazeloto (2008) afirma que

Em lugar do conhecimento técnico do operário especializado e da habilidade mecânica no manuseio do maquinário, o trabalhador é chamado a empenhar a sua cultura, suas experiências pregressas, sua capacidade de comunicação e cooperação no processo produtivo. (...) O “saber” é convertido em conhecimento, ou seja, torna-se *fator de produção* (CAZELOTO, 2008, p. 35. Grifos do autor).

Essas evidências nos levam a considerar que a inclusão digital é requerimento básico para a formação do cidadão, sendo elemento fundamental não só ao exercício à cidadania, mas, sobretudo à vida profissional e ao universo do trabalho, uma vez que “ele pode ser compreendido como subordinação definitiva da cultura humana aos imperativos da produção heterônoma e do lucro” (CAZELOTO, 2008, p 35).

Ainda em relação à profissionalização na era digital, Cazeloto (2008) afirma que um primeiro papel a ser cumprido pelos programas sociais de inclusão digital seria o de “capacitar a mão-de-obra necessária ao exercício dessas funções de apoio, sem as quais a produção contemporânea seria impossível” (p. 132).

É importante considerar que o acesso às TICs pode possibilitar a inclusão social e, como consequência, a inclusão digital. Entretanto, é preciso considerar que este acesso não pode ser desconectado de uma utilização consciente e crítica, tendo como objetivo *sine qua non* repensar a questão de atitudes, valores, desenvolvimento humano, econômico, político, de trabalho, de renda e de educação. Segundo Lemos e Costa (2007), “a inclusão digital pode ser uma facilitadora de outras inclusões, como a sócio-econômica, por exemplo.” (p.37).

1.2 INCLUSÃO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES

No subtópico anterior, trouxemos uma reflexão sobre inclusão social numa perspectiva tecnológica. Agora aprofundaremos, ainda mais, na discussão do que vem a ser essa inclusão social destacamos que em nosso estudo priorizamos as compreensões sobre o tema da inclusão social nos pontos onde a tecnologia, ou a sua ausência, é identificada como uma das causas que mantém ou ampliam a exclusão, gerando novas formas de exclusão, como também um instrumento potencial de diminuição da exclusão, constituindo, assim, uma relação ambivalente.

Destacamos ainda algumas dimensões da inclusão social. A primeira delas é a dimensão econômica, que é a que se relaciona com a questão da empregabilidade, onde estar incluído socialmente significa estar inserido no mercado de trabalho, de forma digna e em condições de autossustentação (VAN ACKER, 2009; CASTELLS, 2002; DEMO, 2002a; DEMO, 2002b; DEMO, 2001).

A segunda dimensão é a cognitiva, onde a inclusão social se relaciona com o grau de capital cognitivo ou informacional que o indivíduo tem para a produção de

conhecimento, útil para seu desenvolvimento dentro da chamada sociedade da informação (WARSCHAUER, 2006; DEMO, 2002a; DEMO, 2002b; DEMO, 2001; CASTELLS, 1999).

A terceira dimensão é a política, ela está relacionada diretamente com a capacidade dos indivíduos exercerem seus direitos como cidadãos e de terem voz na esfera pública, enfatizando o entendimento de que a exclusão social é decorrente da baixa politicidade (DEMO, 2002a; DEMO, 2002b).

O que fica mais evidenciado, em se tratando da dimensão econômica da inclusão social, é a pobreza material e a falta de renda que garanta a sustentabilidade, o lazer, o consumo e a educação de maneira digna. A grande maioria dos Programas que promovem inclusão digital tem concentrado esforços em suprir essa carência possibilitando o acesso às TICs.

Com as profundas modificações no mercado de trabalho (automação, exigência de melhor eficiência, redução de gastos, reestruturação organizacional), houve um aumento do trabalho precário, informal e do desemprego. Como consequência disso a procura por emprego sai do âmbito local para o global tornando essa busca mais desigual e acirrada provocando assim um desequilíbrio social. Quando as tecnologias digitais foram introduzidas no contexto acima aumentou também o desemprego (CASTELLS, 2002).

Por isso, essa dimensão da inclusão social está fortemente marcada pelo entendimento de que a exclusão social se relaciona com a questão da empregabilidade e, nesse caso, a tecnologia aparece predominantemente como vilã, pois à medida que a produção de trabalho passa a ser automatizada causa uma diminuição dos postos de trabalho eliminando as funções rotineiras e repetitivas. Segundo Van Acker (2009), “o consumo de tecnologia digital pode significar exclusão ao invés de inclusão social” (p.87). Completa também nos dizendo que: “a internet oferece a possibilidade de acesso à informação, mas sem algum grau de competência a busca será frustrada” (p. 93). Ou seja, o insucesso na obtenção do emprego não vem apenas da falta do domínio das ferramentas computacionais, mas também está ligada diretamente aos aspectos cognitivos provenientes de uma cultura e de um sistema educacional de pouca qualidade.

Para Castells (2002) a tecnologia da informação por si mesma não causa desemprego, mesmo que obviamente, reduza o tempo de trabalho por unidade de

produção. Mas sob o paradigma informacional ele afirma que os tipos de empregos mudam em quantidade, qualidade e na natureza do trabalho executado (CASTELLS, 2002).

Demo (2002a) tende a discordar desta conclusão de Castells, argumentando que o capitalismo, ao avançar no uso da tecnologia da informação no trabalho só aumenta suas contradições internas uma vez que não há compromisso da empresa capitalista na expansão do nível de emprego. Pelo contrário, ela se utilizará de quaisquer modos, para aumentar sua eficiência e reduzir seus custos (DEMO, 2002a). Por fim, ainda que a tecnologia em si amplie as oportunidades de emprego em determinados setores não é esse o objetivo perseguido dentro do modo de acumulação capitalista.

A segunda dimensão da inclusão social é a cognitiva, ela analisa o grau de capital cognitivo ou informacional que o indivíduo tem para a produção de conhecimento. Aqui a exclusão social está diretamente relacionada tanto ao acesso como ao uso ou apropriação da informação (DEMO, 2001). Este enfoque da exclusão procura mostrar que sem informação, que desemboca em educação, cultura e conhecimento, não se resolve a desigualdade.

Novamente, a tecnologia aparece aqui de forma ambivalente. As redes digitais propiciam novas formas de produção e distribuição do conhecimento, mas a falta de manipulação e instrumentalização para o uso das TICs impede o uso das informações e conhecimento disponível nas redes digitais. Ou seja, o não acesso as tecnologias pode ser tanto pela falta de habilidade de uns ou da inutilidade do instrumento para outros. Mas se o computador for considerado apenas um instrumento “conclui-se que sua finalidade resulta de uma decisão do sujeito que o utiliza” (VAN ACKER, 2009, p. 32).

Essa forma de definir a inclusão social leva em conta as desvantagens sociais decorrentes das transformações ocorridas na passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação ou do conhecimento. Esta dimensão valoriza aspectos que vão além dos aspectos materiais, como a renda, para mediar à exclusão. Ou seja, para além da desvantagem material econômica, torna-se mais urgente à desvantagem nas esferas da informação, educação, cultura e construção do conhecimento.

Com o uso intensivo das novas tecnologias no processo produtivo, não só a estrutura de emprego foi alterada, mas também a informação e o conhecimento que estão

presentes na produção desses bens e serviços. Ou seja, a oferta de trabalho foi mudando uma vez que a produção economiza a mão de obra e intensifica o capital intelectual mudando o valor que advém do trabalho. A dimensão cognitiva da exclusão social acontece então pela desigualdade no acesso à informação e na produção do conhecimento. Essas desigualdades são em grande parte mediadas pelo uso das novas tecnologias em diferentes contextos. Diante disso, a inteligência está sendo considerada como o insumo mais essencial do processo como um todo.

A mão de obra necessária nessa sociedade tem sido chamada de mão-de-obra autoprogramável (CASTELLS, 1999, p. 417) e para formá-la é necessário maior nível educacional e maior capacidade criativa. Ainda segundo Castells (2002):

[...] quanto mais ampla e profunda a difusão da tecnologia da informação avançada em fábricas e escritórios, maior a necessidade de um trabalhador instruído e autônomo, capaz e disposto a programar e decidir seqüências inteiras de trabalho (CASTELLS, 2002, p. 306).

Na sociedade contemporânea obstáculos cognitivos são erguidos diante dos que não acumulam este capital. Paralelo a isso, somente os poucos que atingem certo patamar de qualificação estão destinados a ter melhores salários e postos de trabalho. Acontece que, com o crescimento da importância da informação e do conhecimento, para a esfera econômica, a produção e a difusão desses saberes também passam a ser mediados pelas redes digitais. Nesse sentido, aqueles que não têm acesso às redes digitais de informação perdem oportunidade de usar e produzir novo conhecimento, ou seja, ficam à margem do processo de inclusão social.

Por último, trazemos a terceira dimensão da inclusão social, a dimensão política, ela enfatiza o entendimento de que a exclusão social é decorrente da baixa politicidade (DEMO, 2002b) dos grupos sociais que não conseguem atuar politicamente no exercício dos seus direitos. Nesta dimensão a tecnologia pode ser considerada também como um dos componentes ambivalentes da tecnologia, isso ocorre quando os espaços de poder mudam ou são complementados pelos espaços virtuais. A rede passa a ser então um

espaço político comunicativo para acesso ao poder, manifestação da cultura e capacidade de articulação política ou, por outro lado, um espaço privilegiado de poucos.

Essa dimensão da inclusão social é considerada por Demo como a mais fundamental (DEMO, 2006; DEMO, 2003). Ele argumenta que se a exclusão é vista como injustiça construída dentro do espaço social, então inclusão social é conquista política dos excluídos na medida em que fazem valer sua voz, seus direitos e seu espaço, principalmente na esfera pública da sociedade.

Assim sendo, podemos afirmar que a dimensão política da inclusão social também traduz as dimensões anteriores dando a elas uma conotação política. Ou seja, enquanto a obtenção de renda remete à necessidade de capital econômico e o acesso à informação, ao capital cultural, a luta pelo pleno exercício dos direitos é uma disputa que requer capital político. Portanto, a cidadania e sua manutenção estão, em primeira e última instância, nas mãos dos cidadãos.

Um espaço público de atuação política é necessário para participação e a internet pode ser utilizada para esse fim ao possibilitar a reconfiguração da própria democracia. Segundo Castells (2002), “a mídia eletrônica (não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política” (p. 367. Grifo do autor). Um conceito muito difundido em relação ao uso da internet é o de que ela amplia a noção de cidadania online, criando serviços públicos e informações eletrônicas que permitem ao cidadão o acompanhamento das ações e das contas públicas, por exemplo, passando a oferecer serviços eletrônicos diversos via web.

No entanto, quanto mais serviços e informações são disponibilizados via web, mais aumenta a necessidade do acesso com ênfase no uso efetivo das TICs. Mas é preciso que isso aconteça de forma equitativa porque esse desequilíbrio pode elitizar o acesso e o uso, não se tornando um instrumento de cidadania.

CAPÍTULO 2

INCLUSÃO DIGITAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Limites, desafios, conceitos e condicionantes

Invenção do cotidiano...

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo refletimos sobre a inclusão digital na sociedade contemporânea e sua atuação na dinâmica social. Para isso alguns conceitos sobre inclusão digital no que se refere ao acesso e ao uso as TICs bem como suas desigualdades são aqui explorados e analisados.

Essa discussão foi fundante para o desenvolvimento dessa pesquisa uma vez que ajudou-nos a refletir sobre a relação complexa existentes nos discursos de inclusão digital, na base tecnológica existente e na forma como os diversos atores sociais sobretudo o governo se utiliza disso de acordo com seus interesses e objetivos formulando assim os programas de inclusão digital.

Em geral os programas de inclusão digital estão mais focados no acesso ao computador, na instrumentalização em informática e na conectividade, desenvolvendo mais a perspectiva instrumental do processo de inserção dos sujeitos na sociedade da informação que os processos mais complexos de inclusão digital, tais como os capitais: técnico, econômico, cognitivo, intelectual, social e cultural (LEMOS, 2004). Ou seja, esses programas pouco pensam na atuação dos sujeitos envolvidos no processo de inclusão digital como sendo os autores legítimos, trazendo em sua maioria a ênfase tecnocrática priorizando o capital técnico em detrimento dos outros.

2.2 CONCEITOS RELEVANTES SOBRE INCLUSÃO DIGITAL

Muito se tem falado hoje sobre democratização do acesso e inclusão digital, mas sem uma análise mais aprofundada sobre o que essa inclusão digital promove, se ela atinge aos objetivos desejados, quais suas consequências para a sociedade, entre outras possibilidades. É sabido que para haver inclusão digital devem-se agregar valores que acenem para o desenvolvimento de atitudes e posicionamentos pessoais. Esses valores

passam pelo reconhecimento da cidadania como base para a atuação do homem na sociedade.

O termo inclusão digital já se tornou comum e vem crescendo gradativamente em importância quanto associado ao tema inclusão social. De modo geral podemos dizer que a inclusão digital cria condições para que o sujeito adquira habilidade de operar e comunicar-se a partir de um computador produzindo, organizando e se apropriando de informações. Porém, essa apropriação, ainda, é carente de profundidade em relação à análise do conteúdo e pensamento crítico, pois o foco está na aquisição de habilidades e conhecimentos mecânicos.

Silveira (2001), ao defender a inclusão digital na sociedade, afirma que esta “é fundamental não apenas por motivos econômicos ou de empregabilidade, mas também por razões sociopolíticas, principalmente para assegurar o direito inalienável à comunicação” (p. 30). Portanto, estar incluído digitalmente hoje é condição essencial para a vivência nessa sociedade.

A temática da inclusão digital nasceu, no início da década de 90, com duas fortes ênfases, que persistem até hoje: os que tem acesso físico à rede, utilizando a tecnologia disponível naquele momento e os que não tem acesso. Essa segunda ênfase ressalta a importância que este acesso passa a ter para as questões sociais dentro do contexto de uma sociedade movida pela tecnologia (IRVING, 1999).

Segundo Warschauer (2006) a divisão binária entre ter e não ter acesso às TICs é “... imprecisa, e pode até ser fonte de privilégios, pois não é capaz de avaliar os recursos sociais que diversos grupos trazem à mesa” (p. 22). Ele defende que na verdade o que existe é uma gradação baseada em diversos graus de acesso à tecnologia da informação. Em relação à perspectiva que define inclusão digital como ter e não ter acesso aos recursos tecnológicos consideramos que ela diz respeito a uma questão quantitativa, materialista e não de apropriação de conhecimento crítico e criativo.

Nessa mesma linha de pensamento, Cazeloto (2008) afirma que,

O termo “inclusão digital” já denota em si uma forma de hierarquização. Ele remete a um conjunto de discursos e práticas cujo objetivo é levar a informatização a grupos sociais que, sem esses procedimentos, muito

provavelmente não teriam condições de acesso às ferramentas informáticas (CAZELOTO, 2008, p. 125. Grifos do autor).

Na medida em que a expansão do acesso as tecnologias vai se ampliando começamos a observar seus efeitos sociais, ou seja, a discussão sobre a inclusão digital toma outro caminho preocupando-se agora com o uso ou a aplicação que está sendo feita dessa tecnologia e das informações acessadas. A partir de então há o surgimento de outras análises sobre a inclusão digital.

A primeira enfatiza a necessidade de toda a sociedade ter as mesmas oportunidades de acesso a tecnologia, bem como da sua abrangência nas esferas mais baixas da sociedade de forma equitativa. Com isso, acredita-se que está resolvendo a questão da falta do acesso por uma questão de falta de renda. Uma segunda linha de análise procura demonstrar que embora o acesso seja condição básica para a mudança social desejada, é necessário centrar as ações em como usar a tecnologia, ou seja, como torná-la em algo socialmente relevante nas comunidades mais pobres.

No entanto, é preciso levar em conta que é no processo de interação entre acesso e uso que estão os grandes desafios da inclusão digital, uma vez que é capital uma proposta de inclusão digital que vá além da aquisição do desenvolvimento da habilidade, conhecimentos mecânicos e da instrumentalização em informática e, além disso, que essa inclusão não se restrinja apenas ao acesso e ao uso das tecnologias.

De Luca (2004), afirma que "a inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente" (p. 09). Pellanda (2005) diz que "é preciso pensar em estratégias de inclusão digital não estreitamente ligadas a adestramentos e acesso a serviços, mas estratégias ampliadas de inclusão social mediante uma cultura digital com o conhecimento e a consciência" (p. 43).

Nesta mesma linha de raciocínio, Cruz (2004) afirma que

Para ser incluído digitalmente, não basta ter acesso a micros conectados à internet. Também é preciso estar preparado para usar estas máquinas, não somente com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir seus recursos de maneira plena (CRUZ, 2004, p. 13).

A inclusão digital também é vista como meio de integração das classes menos favorecidas, como um fator para a inclusão social (Silveira, 2003). Para Lemos e Costa (2007) a exclusão digital é definida “como a falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e/ou econômica de acesso às novas tecnologias e aos desafios da Sociedade da Informação” (p.40). Portanto, segundo eles, a inclusão digital abordaria os processos que buscam alterar essa incapacidade, mas não apenas a incapacidade técnica e econômica, mas, sobretudo a cognitiva e social. Ainda segundo esses autores “a inclusão digital deve ser pensada como uma estratégia para inclusão social das camadas mais desfavorecidas da população, transcendendo os modismos que se agregam ao conceito” (p. 39).

A partir de então esses autores desenvolvem uma Matriz de Análise de Projetos de Inclusão Digital¹ indicando que o processo de inclusão digital deve ser visto a partir de três aspectos/perspectivas: técnico – destreza do manuseio do computador e do acesso à internet; econômico – ter condições financeiras de aquisição de computadores e acesso à rede; e cognitivo – autonomia, visão crítica e independência no uso complexo das TICs (LEMOS; COSTA, 2007).

Dessa forma, fica claro que inclusão digital não é uma simples questão que se resolve comprando computadores e/ou ensinando as pessoas a utilizar esse ou aquele *software* nem apenas conectá-las à internet. Inclusão digital pressupõe uma série de outros objetivos conexos que não são os somente tecnológicos, dentre eles: a criação de condições para que o sujeito melhore sua qualidade de vida e da coletividade, estabelecendo conexões entre habilidades, conhecimentos e valores bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e da produção de conhecimento. Ou seja, os projetos de inclusão digital devem levar em conta a autonomia dos sujeitos para ampliação da sua cidadania sendo substancial unir pessoas e tecnologia em prol de uma vida mais digna para todos e que.

A inclusão digital deve estar *a latere* com a inclusão social uma vez que há uma forte relação entre as TICs e a questão da inclusão social por essa inclusão determinar serviços essenciais para a cidadania, tais como: uso de caixas eletrônicos, acesso à

¹ Essa Matriz foi apresentada na Dissertação de Leonardo Figueiredo Costa (2007), intitulada: Comunicação, novas tecnologias e inclusão digital – uma análise dos projetos realizados na Bahia.

internet, serviços bancários, serviços governamentais (votação eleitoral, imposto de renda), uso de cartões de crédito com chips, celulares, máquinas e equipamentos domésticos digitais, entre outros. Também pelo fato de que conhecimento é considerado riqueza e poder na sociedade contemporânea.

A inclusão digital mais praticada no Brasil é aquela que abrange apenas a necessidade de inserção dos sujeitos para o mercado de trabalho, focando na perspectiva técnica da inclusão digital através de cursos que oferecem apenas a instrumentalização em informática em detrimento da perspectiva econômica e cognitiva. Nesses casos, a construção do conhecimento é muito pouco explorada não provocando assim mudança comportamental nos usuários dos cursos e em seu grupo social.

Como dito anteriormente, a Inclusão digital é vista por muitos como um meio basilar de integração da população menos favorecida, chegando, por vezes, a auxiliar a inclusão social da mesma. Quando considerada um fator de combate à exclusão social a inclusão digital assume a intencionalidade de desenvolver projetos que busquem equalizar as oportunidades, diminuindo as desigualdades e aumentando as oportunidades, sejam elas educacionais, de trabalho ou de renda. Acreditamos, assim como Sorj e Guedes (2005) que “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje uma das condições fundamentais da integração na vida social” (p.14).

Para Cazeloto (2008) os programas sociais de inclusão digital cumprem funções de reprodução sendo necessários ao capitalismo não apenas para capacitar mão-de-obra, mas também “para criar condições de aprendizado e “subjetivação” da lógica cibercultural na faixa de menor poder econômico das sociedades.” (p. 133).

A grande maioria dos programas de inclusão digital, sejam eles de empresas privadas ou de instituições governamentais e/ou não governamentais, traz essencialmente os seguintes focos: cidadania, profissionalização, ampliação de mercados, educação, inclusão social, desenvolvimento econômico. Esses focos são os desafios para a efetivação da inclusão digital no Brasil. Quando procuramos identificar os objetivos (o para que) desses programas nos deparamos com objetivos muito diferentes entre si, a saber:

- **Os econômicos:** onde os programas são pensados para: gerar emprego; ampliar mercados; gerar renda; desenvolvimento econômico; priorizar o conhecimento adquirido através do uso do computador e da Internet para favorecer a empregabilidade.
- **Os para democratização da informação e do conhecimento:** onde os programas têm como foco a autonomia política dos excluídos; a ampliação do espaço da cidadania até o mundo digital; a construção de conhecimento que promova a autonomia de forma mais ampla.
- **Os que contemplam a dimensão política da inclusão social:** tendo como foco a ideia que a democracia e cidadania merecem especial atenção pelo seu poder na mudança social. Segundo Demo (2003) mais do que ser excluído materialmente é pior ser excluído politicamente (DEMO, 2003).

Esses objetivos, embora interligados, são por vezes trabalhados separadamente, ora priorizando a inserção do sujeito na sociedade da informação via a empregabilidade ou formação para o trabalho; ora priorizando a cidadania proporcionando o acesso, o manuseio e a destreza técnica para o uso das TICs na sociedade; e ora priorizando a autonomia e independência do uso das TICs, geradores de uma prática social consciente e transformadora esquecendo muitas vezes de considerar o contexto social, político e econômico aos quais os projetos de inclusão digital estão inseridos.

Vale salientar que este último objetivo é substancial para o desenvolvimento de bons projetos de inclusão digital uma vez que eles primam pelo uso da informação e do conhecimento após reflexão e análise críticas possibilitando transformações no cotidiano das pessoas, no contexto das comunidades e na sociedade de modo geral. Deve-se abandonar a perspectiva de uma inclusão digital meramente instrumentalizada e tecnocrática em prol de uma perspectiva cognitiva onde os sujeitos adquiram a capacidade independente do uso e apropriação das TICs ampliando assim sua visão crítica.

De acordo com o exposto acima vemos que dependendo da forma que conceituamos inclusão digital teremos ênfases diferentes na formulação dos programas de inclusão digital. No entanto, para que isso aconteça é vital considerar ações de inclusão digital que ampliem os capitais: cultural, que é a memória de uma sociedade; o

social, que é a potência política; o intelectual, que é a competência individual; e o técnico, que é a potência da ação e da comunicação (LEMOS, 2004).

Em resumo destacamos que o ponto de partida para inclusão digital é o acesso a informação que está nos meios digitais, implicando no reconhecimento, por parte dos usuários das tecnologias, de mecanismos complexos que considerem a apropriação crítica e reflexiva dos fenômenos técnicos levando em conta a dinâmica da autoria, da partilha de conhecimentos, da valorização e ampliação da cultura e do respeito à diversidade. Tendo como objetivo final a assimilação e reelaboração das informações em um novo conhecimento oportunizando uma melhoria na qualidade de vida dos sujeitos.

2.3 INCLUSÃO DIGITAL E SEUS DETERMINANTES TECNOLÓGICOS: ACESSO E USO, COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA

Com as discussões feitas até o momento podemos afirmar que a inclusão digital acontece dentro de uma determinada base tecnológica que impõe limites e potencialidades tanto no que se refere ao acesso quanto ao uso das TICs. A inclusão digital em um determinado momento histórico se dará também dentro dos limites tecnológicos existentes no momento da sua formulação, porque embora a tecnologia não seja determinante ela é constituinte não humana no processo de inclusão digital.

A estratégia mais encontrada dentre as utilizadas nos programas e nas ações de inclusão digital é a que propõe o acesso às pessoas de baixa renda às TICs. Isso só reforça que a inclusão digital insere-se no movimento maior de inclusão social sendo esse objetivo partilhado por diversos governos ao redor do mundo nas últimas décadas². Em relação a isso Silveira (2003) afirma que “a exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso”

² http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_digital

(p.18). Mas amplia sua afirmativa propondo uma discussão dos diferentes modelos e finalidades da inclusão digital.

Percebemos que ambas as definições acima enfatizam o acesso e deixam implícito que a solução para o problema da exclusão digital está na disponibilidade das ferramentas e numa infraestrutura tecnológica adequada. Ao ressaltar a inclusão digital dessa forma, tem-se uma visão da tecnologia como necessariamente boa em si mesma, que ela vai gerar uma transformação social positiva que é legitimada pela sua eficiência em propiciar acesso às informações e serviços.

Também é possível perceber a partir da ênfase ao acesso a ideia que a tecnologia é autônoma e que ao ser inserida num determinado contexto, como é o caso do Projeto da Escola Itinerante de Informática que atende as comunidades consideradas carentes, causará impactos significativos e diretos. Nesta visão a tecnologia é entendida como um poder, independente do contexto social em que é exposta ou ainda em que é produzida, não sendo a tecnologia questionada em si, pois se entende que o seu efeito será sempre positivo. O que se discute, na maioria dos casos, é se os indivíduos saberão manuseá-la. Ou seja, uma vez ultrapassada as dificuldades técnicas de manuseio da máquina o indivíduo estará incluso digitalmente e, em um momento posterior, socialmente. Este determinismo se apresenta de modo completo quando dizem que a tecnologia é a condição necessária e suficiente para provocar as mudanças sociais.

Sabemos que um percentual de indivíduos está submetido a uma situação de exclusão digital, de acordo com os dados da pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação do Brasil divulgada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br), no Brasil (2008) apenas 34% dos brasileiros podem ser considerados usuários da internet, sendo um total de 86% desses usuários pertencentes à classe A e 83% tem o curso superior completo. Verificamos aqui uma enorme discrepância decorrente tanto da renda quanto da educação. O que afirmamos até então é que a forma de acesso diferenciada nas diversas camadas sociais pode gerar ainda mais excluídos, uma vez que essas diferentes formas de acesso se consolidam como a principal mantenedora da exclusão digital.

O caminho para a mudança social está na tecnologia! Pensando dessa maneira acredita-se que a ênfase da exclusão digital, essencialmente como um problema de

acesso, tem como pressuposto a crença de que este acesso levará imediatamente ao uso efetivo. Segundo essa perspectiva a exclusão digital deixará de ser um problema quando a maioria da população tiver possibilidade de acesso. Como consequência o foco dos programas e projetos de inclusão digital deverá apenas priorizar a universalização do acesso. Se essa visão estiver correta a exclusão digital é apenas um estágio temporário.

É importante perceber e destacar que quando focamos apenas a questão do acesso, em detrimento de outras ênfases, as ações tendem a amortizar o problema da exclusão digital reduzindo, inevitavelmente, a solução em um único ponto muitas vezes em ações que não levam em conta o contexto social de uso da tecnologia. Portanto, a superação da concepção de inclusão digital enquanto acesso é mais que necessária. É preciso que a camada excluída da sociedade economicamente vivencie momentos de reapropriação crítica das novas TICs, não mais se utilizando pacificamente delas, mas contribuindo assim para a manutenção da organização social que está essencialmente fundada no consumo e na produção. Mas também é preciso pensar em programas e projetos de inclusão digital que possibilitem aos indivíduos o uso efetivo das TICs pautado na criticidade, na criatividade e na autoria onde a inclusão digital seja vista como um processo que ocorre dentro dos grupos ao considerar os processos de interação, valorização e ampliação cultural e da cidadania numa perspectiva autoral.

Ao constatar que o acesso as TICs *per se* não inclui digitalmente, o desafio dos programas de inclusão digital hoje deve deixar de se limitar prioritariamente no provimento de acesso para incluir também estratégias que dão suporte ao uso efetivo das TICs. Torna-se necessário também considerar as configurações dos grupos nos locais onde os programas são implantados, sobretudo, quando se procura atingir os grupos mais excluídos socialmente. Esta abordagem requer, portanto, uma compreensão maior do contexto social para onde está sendo levada a tecnologia.

É importante destacar que além da desigualdade existente no acesso às TICs existem desigualdades na forma como elas são usadas. Muitas vezes essas desigualdades são decorrentes do contexto social. Esta comprovação tem provocado uma mudança na abordagem do problema da exclusão digital, pois se a universalização do acesso não implica em igualdade social será que acarretará numa inclusão social dos que estão usando a tecnologia? O que é preciso para que isso aconteça?

É sabido que a ação de inclusão digital mais praticada no Brasil é a que trabalha na perspectiva de suprir a necessidade do cidadão em se inserir no mercado de trabalho deixando aspectos como a construção do conhecimento, impulsionador de mudanças comportamentais, à margem. No entanto, muitas ações de inclusão digital trazem em sua essência um discurso que defende a igualdade social como consequência da informatização. Nestes casos sugere-se que estar incluído digitalmente é estar incluído socialmente. Essas ações não levam em conta que a exclusão digital não pode andar desassociada de outros tipos de exclusão para além dos processos informacionais, tais como: educação, saúde, cultura, lazer, alimentação, economia e política, por exemplo.

Dentro de uma realidade periférica onde há um baixo nível de desenvolvimento educativo e econômico o que significa inclusão digital e o que é ser incluído digitalmente? Para responder a essas questões argumentamos que o contexto social local deve ser considerado, pois o contexto local de aplicação dos programas e projetos é indissociável do acesso para conceituar inclusão digital. Ao se implantar um programa de inclusão digital numa comunidade considerando seu contexto e peculiaridades existentes nas relações sociais, passa-se a contemplar também o papel político desempenhado pelas mesmas.

Pensamos que o foco dos programas deva ser a inclusão social que é a real finalidade da inclusão digital. Por isso um programa de inclusão digital precisa considerar não apenas, ou prioritariamente, o acesso às TICs, mas também estratégias que deem suporte ao uso efetivo das mesmas para uma inclusão social dos sujeitos considerando sobretudo o contexto social de aplicação desses programas. Pois acreditamos que quando o contexto social é considerado, quanto ao uso da tecnologia, as pessoas passam a ser vistas como ativas na interação com a tecnologia, responsáveis pela produção de conteúdo e autônomas e críticas em relação às informações e ao conhecimento produzido.

Até o momento verificamos que a promoção de uma inclusão digital para além do acesso, considerando o uso da tecnologia, é algo muito complexo, sendo necessário gerar uma mudança do público alvo da função de meros espectadores, consumidores da tecnologia, para a de produtores de informação e conhecimento. A disponibilização do

acesso deve vir acompanhada de ações educativas que promovam a transformação social e uma vivência que considere a apropriação técnica, informacional e social.

Não há como negar os avanços na proposta para uma inclusão digital para além de uma prática difusionista entre acesso e uso das novas TICs. Por isso, na medida em que Projeto da Escola Itinerante de Informática é desenvolvido e utilizado como bandeira para uma política social inclusiva cabe perguntar: o que é inclusão digital e o que é ser incluído digitalmente no contexto deste projeto? A 'inclusão' proposta e gerada por este projeto é uma inclusão subalterna ou emancipatória?

A consideração do contexto de uso das tecnologias é condição necessária também para avaliar os programas e projetos de inclusão digital na periferia sejam eles promovidos pelo setor governamental, não governamental ou privado. O reconhecimento do contexto traz impactos significativos e diretos na comunidade. Quando o contexto social é respeitado as ações de inclusão consideram a cultural local possibilitando assim a partilha de conhecimentos, a valorização e a ampliação da cultura, o respeito à diversidade e a dinâmica da autoria (LEMOS, 2004). Ou seja, o contexto pode determinar o tipo de apropriação tecnológica que os sujeitos fazem das TICs e de seus recursos sociais.

Na medida em que a expansão do acesso as tecnologias se amplia, observamos seus efeitos sociais, ou seja, a discussão sobre a inclusão digital toma outro caminho preocupando-se agora com a aplicação que é feita dessa tecnologia e das informações acessadas. Ou seja, a preocupação se volta agora para a questão da apropriação tecnológica e da competência informacional.

Inicialmente trazemos aqui alguns conceitos sobre competência informacional e apropriação tecnológica, destacando que não temos como objetivo aprofundar teoricamente a respeito dessa temática uma vez que não há um conceito fechado e sim dinâmico que se modificando e incorporando novos significados, queremos apenas levantar alguns pontos em que a sua relação com a tecnologia se faz necessária.

No final da década de 80 ter competência informacional era ser capaz de reconhecer a informação como necessária e ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente essa informação (ALA, 1989). Com o passar dos anos foi acrescido a esse discurso da competência informacional a preocupação com o uso e acesso aos recursos

tecnológicos (LEVY, 2001). Em 2003 foi associado ao termo à noção de cidadania onde competência informacional seria um instrumento de emancipação política (CAMPELLO, 2003), acrescentando que ao termo “incluía-se agora a noção dos valores ligados à informação para a cidadania” (p. 24).

Em 2004 Ferreira e Dudziak associaram ao termo a questão da construção da cidadania e a superação da exclusão digital (FERREIRA E DUDZIAK, 2004). Segundo elas, competência informacional seria a capacidade de transformação cultural e social do homem como fator de inclusão social através do uso da informação bem como da capacidade de produzi-la aliados aos meios de comunicação (FERREIRA E DUDZIAK, 2004). Assim o termo ganhou a noção do aprendizado ao longo da vida e até mesmo um contexto sociopolítico. É o que afirma a Declaração de Alexandria (2005) sobre competência informacional:

A competência informacional está no cerne do aprendizado ao longo da vida. [...] O aprendizado de toda a vida prepara os indivíduos, as comunidades e as nações a atingir metas e a aproveitar as oportunidades que surgem no ambiente global em evolução para um benefício compartilhado. Auxilia-os e suas instituições a enfrentar os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, para reverter a desvantagem e incrementar o bem-estar de todos (Declaração de Alexandria, 2005).

A competência informacional como sinônimo de desenvolvimento pleno do indivíduo exige que o analfabetismo seja extinto e que o contexto seja considerado via necessidade da cada grupo social. Ou seja, o comportamento do usuário na realização de busca e na produção da informação bem como no desenvolvimento de habilidades e competências devem permitir o uso consciente para atuação do cidadão em seu contexto social, sendo inseparável a noção de competência da ação. Esse contexto sociopolítico bem como a produção, a disseminação e o uso da informação estão intimamente ligados ao envolvimento de indivíduos em uma comunidade (HARRIS, 2008). Isto reforça a importância da consideração do contexto e da interrelação entre os membros da comunidade para o desenvolvimento da competência informacional.

É certo que a destreza em tecnologia é apenas um dos componentes da competência informacional onde a tecnologia possibilita o acesso à informação, mas tanto

a tecnologia quanto o acesso *per si* não garantirá aos indivíduos a produção do conhecimento. É preciso pensar em estratégias de aprendizagem que a tecnologia não substitua o raciocínio, a produção e a autoria bem como reconhecer as necessidades informacionais. É nesse contexto que surge a discussão a respeito da apropriação tecnológica.

Em relação a isso Lemos (2001) afirma que

A apropriação tem sempre uma dimensão técnica (o treinamento técnico, a destreza na utilização do objeto) e outra simbólica (uma descarga subjetiva, o imaginário). A apropriação é, assim, ao mesmo tempo forma de utilização, aprendizagem e domínio técnico, mas também forma de desvio (deviance) em relação às instruções de uso, um espaço completado pelo usuário na lacuna não programada pelo produtor/inventor, ou mesmo pelas finalidades previstas inicialmente pelas instituições (LEMOS, 2001, p.49).

Ao entendermos a apropriação tecnológica como algo que vai desde saber manusear um computador e acessar informações até a reflexão crítica dessas informações, eis que surge uma nova discussão sobre a apropriação tecnológica para uso social dando corpo a um novo termo: apropriação social das TICs. Ele nos aponta uma reflexão para além da técnica, destreza, obtenção e transmissão da informação, propondo uma discussão sobre a participação de atores, a democratização do acesso, a disseminação da informação e a pluralidade de competências a partir do uso efetivo das TICs.

Segundo Holloway (2003) a apropriação social das TICs é uma atividade de grupo, coletiva, onde sua proposta não está relacionada à da propriedade nem à ideia de apropriação das TICs em benefício próprio, seja para levar vantagem ou diferenciar-se dos demais, isso iria ao sentido contrário a noção de um movimento colaborativo como pretende a apropriação social das TICs onde a ideia é justamente entrelaçar a nossa atividade com a atividade anterior ou atual de outros. Portanto, inclusão digital pressupõe reconhecer coparticipação e conscientização a respeito das possibilidades e necessidades de uso das TICs (HOLLOWAY, 2003).

Para Buzato (2008) apropriação social das TICs seria a capacidade de atingir um avançado estágio de conhecimento dos processos e das ferramentas envolvidas no uso, de maneira a dominar as informações e a tecnologia capacitando para usar esses novos conhecimentos e habilidades em prol da melhoria da sua vida e a do outro (BUZATO, 2008). É preciso primeiro alfabetizar a população para superar o modelo de inclusão digital instrumentalizado em prol de modelos que considerem a sustentabilidade, a economia e a cidadania.

Portanto, em todos os casos incluir digitalmente implica reconhecer mecanismos complexos que considerem a apropriação tecnológica e a competência informacional crítica e reflexiva dos fenômenos técnicos e informacionais levando em conta a dinâmica da autoria, a construção de significados, a partilha e gestão de conhecimentos, a valorização e ampliação da cultura e o respeito à diversidade possibilitando mudança e transformação social.

2.4 INCLUSÃO DIGITAL NA PREFEITURA DO RECIFE

Nesse tópico trazemos o resumo dos Projetos de inclusão digital promovidos pela Prefeitura do Recife através da Secretaria de Educação, Esportes e Lazer (SEEL) e o detalhamento do Projeto da Escola Itinerante de Informática. Temos como objetivo demonstrar como a Prefeitura do Recife atende as necessidades atuais de uma sociedade contemporânea.

Sendo assim, identificamos através do Programa Municipal de Tecnologia da Educação, do Programa Professor.com, do Projeto Educar e do Projeto da Escola Itinerante de Informática algumas iniciativas, a saber:

- **MMM - Miniweb Multilíngüe e Maxiaprendizagem:** Parceria com uma associação francesa para inclusão digital de crianças em escolas municipais de ensino fundamental. O objetivo era a troca de correspondências pela Internet com

crianças entre 3 a 8 anos de seis outros países, visava favorecer o processo de leitura e escrita. Promovido pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

- **Programa municipal de formação continuada de professores:** workshop para definir junto com os professores um cronograma de uso e um plano de ação para serem implantados nos Laboratórios de Informáticas nas escolas municipais. Promovido pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.
- **Escola Itinerante de Informática:** composta por 8 ônibus e 6 módulos, cada um com 13 microcomputadores (um para o professor e o restante para duplas de alunos), além de aparelho de som, TV, vídeo e elevador para portadores de deficiência física. Tem como objetivo combater a exclusão digital. Promovido pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.
- **Telecentro Comunitário do Recife:** convênio de inclusão digital acordado entre o Ministério das Comunicações e a Prefeitura do Recife. O objetivo do programa é promover o acesso de comunidades de baixa renda à informática, internet e demais ferramentas e complementa as ações de inclusão digital. Promovido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.
- **Internet sem fio (wireless) nos mercados públicos:** Além do acesso gratuito a internet através da rede wireless para quem tem computador, dois computadores estão sendo disponibilizados pela Empresa Municipal de Informática – EMPREL para a população ter acesso gratuito à internet nesses equipamentos públicos. Promovido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.
- **Programa Professor.com:** programa de formação continuada para os educadores da Rede Municipal de Ensino do Recife (RMER) por meio da utilização e integração de tecnologias da informação e comunicação, na perspectiva da melhoria da qualidade de ensino, tendo como meta também a inclusão digital docente. Sua primeira e principal ação foi a distribuição de notebooks a todos os professores da Rede Municipal de Ensino. Tem como objetivo: Construir e implantar um programa de formação continuada para os educadores da Rede Municipal de Ensino do Recife (RMER) por meio da utilização e integração de tecnologias da informação e comunicação, possibilitando ao educando uma

formação que contemple o uso destas tecnologias, na perspectiva da melhoria da qualidade de ensino (PREFEITURA DO RECIFE, 2009).

- **Projeto Portal Educar:** é um ambiente virtual voltado para a comunidade escolar da RMER que oferece espaços de colaboração e (re) construção de conhecimentos de forma interativa e dinâmica, recursos pedagógicos de apoio educacional e áreas de compartilhamento de projetos pedagógicos dos professores e das escolas. Ele compõe o Programa Professor.com. Este Programa foi concebido com o intuito de introduzir as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) à prática docente com a perspectiva de criação de competências no uso das tecnologias, visando dar apoio ao processo pedagógico de ensino-aprendizagem. O programa tem como base três eixos norteadores, a saber: a disponibilização do equipamento, no caso, computadores portáteis de uso pessoal; acesso à internet móvel através de convênio com empresa particular com parcela reduzida; e o lançamento do Portal Educar como estratégia de mudança de paradigma nas concepções e práticas educacionais colaborativas, propondo a formação docente e a socialização de experiências e conhecimentos em rede.

Destacamos que dentre os Projetos acima citados apenas o Projeto MMM - Miniweb Multilíngüe e Maxiaprendizagem não está em funcionamento, mas não sabemos a causa. Para este estudo aprofundaremos mais detalhadamente sobre o Projeto da Escola Itinerante de Informática – recife.com.jovem (EII).

2.4.1 A ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA

A Prefeitura do Recife tem buscado concentrar esforços no que tange a inclusão digital dos cidadãos e com o objetivo de concretizar a inclusão digital na cidade, ela, através da Secretaria de Educação criou a Escola Itinerante de Informática. Este projeto visa combater a exclusão digital e dar oportunidade de formação para o jovem que

procura o primeiro emprego. Os locais alcançados pelo projeto são escolhidos pela própria população, através do Orçamento Participativo³.

A Escola Itinerante de Informática é

Composta por seis ônibus laboratório que percorrem as comunidades oferecendo à população espaços de formação em informática e Internet. A Rede Municipal atua numa perspectiva de trabalhar junto à população os recursos tecnológicos como instrumentos para fortalecimento da cidadania e atendimento às demandas da comunidade. Cada veículo, climatizado e equipado com elevador para cadeirantes, 13 computadores, TV, vídeo, som, scanner, impressoras, circula pelas RPA de acordo com as demandas das plenárias do Orçamento Participativo permanecendo dois meses em cada local (página da Prefeitura do Recife).

A Escola Itinerante de Informática (EII) da Prefeitura do Recife tem como objetivos: combater a exclusão digital; formar o jovem que procura o primeiro emprego; profissionalizar os jovens para inserção no mercado de trabalho; possibilitar o acesso a novas técnicas de comunicação e informação; fazer dos jovens indivíduos ativos na comunidade. Ainda, segundo a Prefeitura do Recife “As unidades móveis proporcionam maior alcance, permitindo que o projeto chegue às comunidades mais distantes. A inclusão digital é garantida pela gratuidade e pelo fácil acesso” (página da Prefeitura do Recife, 2007).

Uma característica importante de destacar, é que a EII utiliza softwares livres.

Software Livre (Free Software) é o software disponível com a permissão para qualquer um usá-lo, copiá-lo, e distribuí-lo, seja na sua forma original ou com modificações, seja gratuitamente ou com custo. Em especial, a possibilidade de modificações implica em que o código fonte esteja disponível. Se um programa é livre, potencialmente ele pode ser incluído em um sistema operacional também livre. É importante não confundir software livre com software grátis porque a liberdade associada ao software livre de copiar, modificar e redistribuir independe de gratuidade.

³ O Orçamento Participativo do Recife é um importante espaço de debate e definição dos destinos da Cidade. Nele, a população decide, através do voto das comunidades, as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do Orçamento da Prefeitura. É um processo de participação da sociedade na gestão da cidade, baseado na ampliação da transparência e do controle sobre a arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Existem programas que podem ser obtidos gratuitamente, mas que não podem ser modificados, nem redistribuídos⁴.

Observamos que os computadores da EII utilizam os dois sistemas operacionais (Linux e Windows). Dando-nos um indicativo que a EII considera, pelo menos em tese, o processo de autoria e colaboração e construção de conhecimentos uma vez que a filosofia do uso de software livre está baseada na horizontalidade desses processos.

A Escola é composta por seis unidades móveis (ônibus) e oito unidades móveis (contêineres⁵). Essas unidades são distribuídas da mesma forma que está dividida, geograficamente, a Cidade do Recife: em seis Regiões Político Administrativas (RPAs) que atendem ao estabelecido no artigo 88, § 1º e 2º da Lei Orgânica do Recife que determina:

“§ 1º - Para efeito de formulação, execução e avaliação permanente das políticas e de planejamento governamental, o Município será dividido em regiões político-administrativas na forma da Lei.

§ 2º - Na definição das regiões político-administrativas devem ser observadas as legislações pertinentes e assegurada a unidade histórico-cultural, demográfica, social e econômica do ambiente urbano”.

Atualmente para cada RPA há duas Unidades Móveis de Informática (01 ônibus e 01 Módulo Contêiner) com exceção das RPAs 3 e 6 (que são as maiores em números populacionais) que tem 01 ônibus e 02 módulos contêineres (que atendem as escolas).

2.4.2 AS REGIÕES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS⁶

A cidade do Recife tem 1.422.905 habitantes, segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE, onde 24,9% situa-se na Região Sul – RPA 6, que é a mais populosa do Recife.

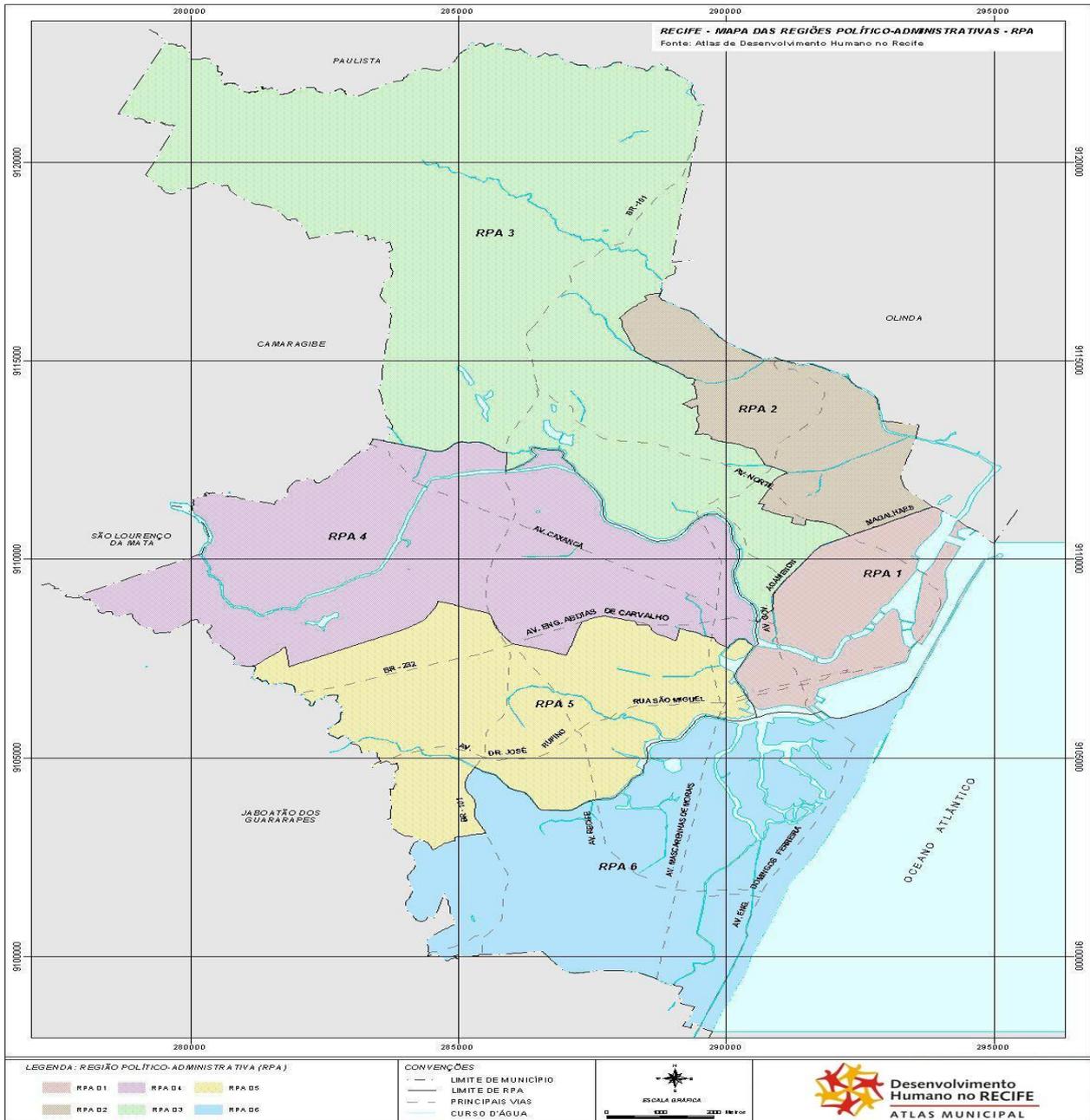
⁴ www.softwarelivre.gov.br/SwLivre/ (acessado em 25 de setembro de 2010).

⁵ Estes contêineres ficam instalados nas escolas municipais por tempo indeterminado e atendem especificamente as demandas das escolas.

⁶ Fonte: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE: ASPECTOS GERAIS. Recife, 2001.

Em situação inversa encontra-se a RPA 1 com apenas 5,5% da população da cidade; fato explicado por ser a região que concentra o centro tradicional de comércio e serviços da cidade e o menor número de domicílios representando, no conjunto da cidade 5,9% como explica o mapa abaixo.

MAPA 1 – Regiões Político Administrativas do Recife – RPA



Fonte: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE: ASPECTOS GERAIS. Recife, 2001.

A Região Norte, com seus dezoito bairros é a mais densamente habitada (144,05 hab/ha), representando 14,48% da população da Cidade (Tabela 1).

TABELA 1 – População residente, domicílios particulares, áreas e densidade, segunda RPA

POPULAÇÃO RESIDENTE, DOMICÍLIOS PARTICULARES, ÁREA E DENSIDADES, SEGUNDO RP, RECIFE 2000						
REGIÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA	POPULAÇÃO RESIDENTE		DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	DENSIDADE	
	(Abs.)	(%)			(hab/ha)	(hab/dom)
CIDADE DO RECIFE	1.422.905	100,00	376.022	21.964,00	64,78	3,78
RPA 1 - CENTRO	78.098	5,49	22.202	1.605,88	48,63	3,52
RPA 2 - NORTE	205.986	14,48	52.383	1.429,95	144,05	3,93
RPA 3 - NOROESTE	283.525	19,93	73.436	7.793,61	36,38	3,86
RPA 4 - OESTE	253.015	17,78	67.486	4.214,13	60,04	3,75
RPA 5 - SUDOESTE	248.483	17,46	64.108	3.010,27	82,55	3,88
RPA 6 - SUL	353.798	24,86	96.407	3.901,79	90,68	3,67
FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000						
EMPREL, Relação das Áreas dos Bairros - 1998						

Fonte: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE: ASPECTOS GERAIS. Recife, 2001.

A RPA 2 é a mais densa da cidade 144,05 habitantes por hectare cuja população de 205.986 habitantes, ocupa fortemente os morros da zona norte. Esse foi um dos fatos, dentre outros, que escolhemos essa RPA para ser nosso campo empírico. Outro fator é que a parte dos morros, na RPA 2, é constituída pelos bairros de Cajueiro, Beberibe, Linha do Tiro, Fundão, Bomba do Hemetério, Alto Santa Terezinha, Dois Unidos e Água Fria. Coletamos nossos dados e realizamos a abordagem etnográfica nos ônibus que ficaram nos bairros da Bomba do Hemetério e de Água Fria que é o Bairro mais populoso com 44.861 habitantes e o mais denso com 241,98 hab/há.

Estreitamente vinculada ao nível de renda da população residente e às atividades econômicas desenvolvidas em seu território está a valorização patrimonial da área ocupada pela RPA 2. A valorização imobiliária da Região é sinalizada pelo valor do IPTU total lançado. Dentro do contexto municipal a RPA 2-Norte ocupa a última colocação também quanto à valorização patrimonial da sua área; respondendo por 6,18% do lançamento desse imposto para a cidade na sua totalidade, valor próximo ao da RPA 5

que é de 8,4%. Estas duas regiões também apresentam valor médio de IPTU semelhante, em torno de 270 UFIR (Tabela 2).

TABELA 2 – IPTU Total

Tabela 3.2.5					
IPTU TOTAL: TOTAL DE IMÓVEIS, VALOR LANÇADO E VALOR MÉDIO LANÇADO, SEGUNDO RPA RECIFE 1998					
REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS	TOTAL DE IMÓVEIS		VALOR LANÇADO*		VALOR MÉDIO LANÇADO
	Abs.	(%)	(UFIR)	(%)	(UFIR)
CIDADE DO RECIFE	254.376	100,00	113.773.430,10	100,00	447,26
RPA 1 - CENTRO	34.092	13,40	21.882.455,60	19,23	641,86
RPA 2 - NORTE	26.785	10,53	7.036.444,10	6,18	262,70
RPA 3 - NOROESTE	39.349	15,47	20.365.724,30	17,90	517,57
RPA 4 - OESTE	45.917	18,05	15.431.843,70	13,56	336,08
RPA 5 - SUDOESTE	34.249	13,46	9.506.489,10	8,36	277,57
RPA 6 - SUL	73.984	29,08	39.550.473,30	34,76	534,58
FONTE: PCR / Secretaria de Finanças					
(*) Inclusive, taxas de limpeza pública mais taxas de serviços e, taxas de iluminação dos terrenos.					

Fonte: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE: ASPECTOS GERAIS. Recife, 2001.

A Região Norte apresenta 65 áreas pobres segundo levantamento feito pela URB Recife (Tabela 3). Nessa Região o IBGE considera como favelas apenas 07 (sete) assentamentos, que apresentam uma população de 14.025 habitantes, distribuídos nos bairros de Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Dois Unidos e Peixinhos (Fonte: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE – REGIÃO NORTE – RPA 2).

TABELA 3 – Relação das áreas pobres por Bairros

Tabela 3.2.6		
RELAÇÃO DAS ÁREAS POBRES POR BAIRRO		
RECIFE - REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA 2		
2000		
RPA E BAIRRO	NOME DA ÁREA	TOTAL DE ÁREAS
RPA 2 - NORTE		65
Campina do Barreto	Chão de Estrela / Mercado Velho / Vila do DNOS / Vila Redenção	4
Campo Grande	Canal do Arruda / Canal Campo Grande / Ilha do Chié / Ilha do Joaneiro / Saramandaia / Sítio da Viuva / Vila Capilé / Vila da Prata	8
Água Fria	Alto Belo Horizonte / Alto do Bonito / Alto do Guilhermino / Alto do Pascoal I / Alto do Pascoal II / Alto do Pereirinha / Córrego do Bombeirense / Córrego da Calma / Córrego do Cotó / Córrego do Deodato / Córrego da Padaria / Córrego Pastor B. de Souza / Córrego São Sebastião / Córrego São José / Fundão de Dentro / Fundão de Fora	16
Alto Stª Terezinha	Córrego do Tiro III	1
Bomba do Hemetério	Córrego São Francisco	1
Cajueiro	Favela do Cajueiro / Pingüim / Vila da Paz / Vila Miguel Arraes	4
Fundão	Alto do Bejamim, Alto do Céu / Alto do Miramar / Córrego João Carvoeiro	4
Dois Unidos	Alto do Capitão / Alto Chagas Ferreira / Alto do Rosário Alto do Maracanã I / Alto do Maracanã II / Coronel Pilar / Córrego Chagas Ferreira / Córrego do Curió / Córrego Morcego / Córrego do Morcego / Córrego São José Dois Unidos I / Espinheiro / Jardim Maracanã / Jardim do Comar / Córrego da Camila / Sítio do Rosário I	16
Linha do Tiro	Alto da Serrinha / Alto do Tiro / Córrego da Jaqueira / Córrego do Sargento / Córrego do Tiro I / Córrego do Tiro II / Córrego do Abdias	7
Beberibe	Altos dos Coqueiros / Arranca Toco / Campos Novos / Cidade Operária	4
FONTE: URB Recife		

Fonte: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE: ASPECTOS GERAIS. Recife, 2001.

CAPÍTULO 3
DESENHO METODOLÓGICO
Sistemas de engrenagens

3.1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais hoje está fortemente marcada pela procura por estudos que valorizam a utilização de método qualitativo para descrever e explicar os fenômenos por esse tipo de pesquisa ser redirecionada durante o seu desenvolvimento podendo ser redefinida por uma atividade pela qual descobrimos a realidade social (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Pesquisar consiste em investigar um problema, teórico ou empírico, onde a investigação deve ser realizada a partir de uma metodologia sistemática cujos resultados devam ser válidos. Portanto, pesquisar constitui-se em um conjunto de procedimentos que pretendem produzir um novo conhecimento em um determinado campo científico buscando uma integração das práticas sociais à realidade procurando estabelecer conexões que leve em consideração o todo.

Fazer pesquisa é dialogar criativamente entre as partes, mas enfatizando a visão global considerando a realidade. Ao levarmos em conta o contexto, muitos serão os modos de vivenciar esses fenômenos e diferentes respostas serão possíveis. Além dessas características destacamos a ideia de que a realidade está em constante movimento, em fluxo.

Sendo assim, a metodologia utilizada em nossa pesquisa terá como objetivo a realização de uma Análise de Conteúdo procurando identificar qual a concepção de inclusão digital permeia: as notícias veiculadas pela Prefeitura do Recife através do seu Diário Oficial; o Projeto da Escola Itinerante de Informática; os autores que executam essas ações; e os usuários que participam desse projeto. Esta análise será realizada a partir de documentos e sujeitos abaixo explicitados e contextualizados.

3.2 SUJEITOS E DOCUMENTOS

Os atores escolhidos por nós para serem sujeitos da nossa pesquisa foram:

- A coordenadora da Escola Itinerante de Informática, no sentido de identificar a concepção de inclusão digital presente no discurso da mesma;
- Os alunos do curso promovido pelo Projeto, para identificar alguns indicadores de inclusão social, concepção de inclusão digital e o que é ser incluído digital na visão dos mesmos.

Como documentos para análise definimos:

- As notícias veiculadas no Diário Oficial da Prefeitura do Recife visto que elas trazem o discurso da gestão da Cidade;
- Questionário aberto aplicado com a Coordenadora uma vez que ela compõe a equipe e representa a Prefeitura do Recife;
- O Projeto da Escola Itinerante de Informática, pois é nela que poderemos identificar os objetivos e ação para analisar a concepção de inclusão digital implícitas nele;
- Formulários eletrônicos realizados com os alunos para identificar alguns indicadores de inclusão digital e seus processos.

3.3 CAMPO EMPÍRICO

Antes de trazer a série de fatores que nos levaram a escolher nosso campo empírico é preciso explicar como se dá a organização da Escola Itinerante de Informática. Ela é composta por seis unidades móveis (ônibus) e oito unidades móveis (contêineres⁷). Como dito anteriormente, essas unidades são distribuídas da mesma forma que está dividida, geograficamente, a Cidade do Recife: em seis Regiões Político Administrativas (RPAs).

⁷ Estes contêineres ficam instalados em escolas municipais por tempo indeterminado e atendem especificamente as demandas das escolas.

Atualmente cada RPA é atendida por duas Unidades Móveis de Informática (01 ônibus e 01 Módulo Contêiner), com exceção das RPAs 3 e 6 que têm 01 ônibus e 02 módulos contêineres cada uma. Nos documentos analisados e nas respostas dadas pela coordenadora não identificamos quais critérios são utilizados para essa distribuição.

A RPA escolhida por nós como campo empírico foi a RPA-2 – Zona Norte da Cidade do Recife, pelas seguintes razões:

1. A RPA 2 é a mais densa da cidade 144,05 habitantes por hectare cuja população de 205.986 habitantes, ocupa fortemente os morros da zona norte. A ocupação de morros contribui para o adensamento da cidade (Fonte: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE – REGIÃO NORTE – RPA 2);
2. A Região Norte apresenta 65 áreas pobres segundo levantamento feito pela URB-Recife. Nessa Região o IBGE considera como favelas apenas 07 (sete) assentamentos, que apresentam uma população de 14.025 habitantes, distribuídos nos bairros de Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Dois Unidos e Peixinhos (Fonte: REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO RECIFE – REGIÃO NORTE – RPA 2);
3. No questionário aberto respondido pela coordenadora ela destacou que a implantação do ônibus na RPA-2 é uma experiência importante e pioneira. Também destacou que essa era a RPA que mais solicitava cursos de informática, como prioridade, através das plenárias do Orçamento Participativo.

Todos esses fatores nos levam a acreditar que Programas sociais de inclusão digital nessa Região merecem ser analisados. No nosso caso analisaremos o Projeto da Escola Itinerante de Informática.

3.4 ABORDAGEM ETNOGRÁFICA

Este é uma pesquisa de natureza qualitativa que observa o fato no meio natural, por isso é também denominada pesquisa “naturalística” (ANDRÉ, 1995, p. 17). A

abordagem utilizada é a etnográfica onde observaremos as atividades desenvolvidas apenas em uma das unidades que compõe a Escola Itinerante de Informática, ou seja, um ônibus-escola e vamos considerá-la como sendo a unidade social representativa para o estudo e para mapeamento do campo.

Etnografia é o estudo pela observação direta e por um período de tempo das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos. Por exemplo: uma vila, uma escola, um hospital, etc. (MATTOS, 2001).

A etnografia é bastante utilizada como abordagem de investigações científicas por contribuir para o estudo das desigualdades e exclusões sociais. Esse tipo de abordagem se preocupa com a cultura ao considerar sua relação entre estruturas sociais e relações humanas. Sua importância decorre ainda da possibilidade da participação ativa e dinâmica dos atores sociais no processo das estruturas sociais. Mas também e, principalmente, por revelar as relações e interações ocorridas no interior da escola.

A etnografia é a metodologia mais adequada para pesquisar sobre inclusão digital e aspectos sobre a cibercultura por contribuir para o estudo das desigualdades e exclusões sociais. Esse tipo de abordagem se preocupa com a cultura ao considerar sua relação entre estruturas sociais e relações humanas. Sua importância decorre ainda da possibilidade da participação ativa e dinâmica dos atores sociais no processo das estruturas sociais.

Em nossa pesquisa utilizaremos a abordagem etnográfica descrita segundo André (1995) que afirma que “a etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade” (p. 27). A autora procura diferenciar a etnografia desenvolvida pelos antropólogos da etnografia realizada pelos educadores uma vez que essa última está mais interessada no processo educativo.

Ainda segundo a autora, na abordagem etnográfica encontramos cinco características fundamentais, a seguir descreveremos cada uma delas bem como foi desenvolvida em nosso estudo:

- **A observação participante, entrevistas intensivas e a análise de documentos**
 - Essas características consideram que o pesquisador interage com a situação

estudada, na qual os problemas serão esclarecidos através do aprofundamento das questões que vão contextualizar os fenômenos ao explicitar as informações coletadas. Em nosso estudo, em relação aos **questionários e formulários**, elas foram essenciais porque nos ajudaram a esclarecer e aprofundar questões observadas ou consideradas como hipóteses. Já com a **análise dos documentos** buscamos explicar as hipóteses levantadas e observações realizadas, contextualizando assim o estudo.

- **Interação do pesquisador e do objeto pesquisado** – característica que considera que o pesquisador é o instrumento principal na coleta e na análise dos dados. Em nosso estudo, esta característica foi bastante explorada uma vez que o pesquisador estava em contato direto com o objeto estudado e que através da sua mediação poderia modificar técnicas de coleta, responder circunstâncias, rever questões que orientam a pesquisa, entre outros.
- **Ênfase no processo** – esta característica considera o que está acontecendo e não o produto ou resultado final. Em nosso estudo esta ênfase foi fundamental, pois procuramos a todo tempo observar o que estava acontecendo no momento em que ocorria cada fato.
- **Preocupação com o significado** – característica que se refere ao contexto, como as pessoas veem a si mesmas e as expectativas do mundo que as cerca. Esse aspecto foi essencial em nosso estudo uma vez que pelo fato da EII estar inserida nas comunidades pôde trazer ao nosso estudo um significado e uma maneira própria das pessoas inseridas nessas comunidades de ver o mundo e isso influenciou nos resultados.
- **Trabalho de campo** – refere-se à aproximação do pesquisador com pessoas, situações locais e eventos. Essa característica é consequência da anterior, sendo assim também teve importância elevada para o nosso estudo, pois o pesquisador se aproxima do campo de pesquisa interessado no significado, situações, eventos, mas sem modificar o ambiente, apenas observando sua manifestação natural.

Ainda segundo a ANDRÉ (1995), “subjacente ao uso dessas técnicas etnográficas existe o princípio da interação constante entre pesquisador e pesquisado” (p. 28). Feita essa adaptação da etnografia à educação utilizaremos em nossa pesquisa este princípio e essas características para coleta e análise dos dados.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Utilizamos em nossa pesquisa, com a então Coordenadora da EII⁸, um questionário aberto onde listamos uma série de perguntas abertas onde as respostas não eram determinadas. Fizemos essa opção pela dificuldade em marcarmos um encontro presencial e pela falta de tempo declarada pela coordenadora, para isso enviamos, a seu pedido, via endereço eletrônico, o questionário aberto. Salientamos que apesar dessa escolha primamos por perguntas claras e objetivas que contribuíssem para responder ao problema pesquisado.

Segundo GIL (1987)

O questionário constitui hoje uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais (...) Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (...) A diferença fundamental entre questionário e entrevista está em que nesta última as questões são formuladas oralmente às pessoas, que respondem da mesma forma (GIL, 1987, p. 124).

⁸ A coordenação da EII gerencia todas as unidades da mesma, ou seja, ônibus e contêineres.

Já com os alunos optamos pelo uso do Formulário Eletrônico GDocs⁹ pela possibilidade de utilização da tecnologia para coleta de dados já que os alunos no curso tem aulas sobre GDocs e por se tratar de uma investigação sobre indicadores de inclusão digital e de seus processos, também por ser uma ferramenta online e pela possibilidade de aplicação síncrona e assíncrona.

Ainda segundo Gil (1987) “é muito frequente identificar como formulário todo e qualquer impresso que apresente campos para anotação de dados, não importando se esta ação é desenvolvida pelo pesquisado ou pelo pesquisador” (p. 124).

O formulário eletrônico GDocs foi compartilhado com os alunos através dos seus endereços eletrônico e continha um questionário semi-estruturado, com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha, onde os alunos deveriam responder sobre hábitos informacionais e de uso das novas tecnologias, expectativas em relação ao processo, uso das informações, bem como o que é inclusão digital e se eles se sentiam incluídos digitalmente, quais serviços ele procurava na rede, como ajudaria uma pessoa a fazer um currículo e como realizar uma busca utilitária, contextualizada e informação seletiva na internet.

Como proposta de análise dos dados coletados, no questionário aberto e nos formulários eletrônicos, procuramos estabelecer relações entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas para mediante análise compará-las ou refutá-las. Feito isto, interpretamos os dados obtidos procurando dar um significado mais amplo às respostas veiculando aos objetivos do problema aqui explorado.

⁹ O Google Docs é um pacote de aplicativos do Google baseado em [AJAX](#). Funciona totalmente on-line diretamente no [browser](#). Os aplicativos são compatíveis com o [OpenOffice.org/BrOffice.org](#), [KOffice](#) e [Microsoft Office](#), e atualmente compõe-se de um processador de texto, um editor de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários. Originalmente, o processador de texto foi desenvolvido à parte, sob o nome *Writely*, e comprado pelo Google meses depois. Alguns dos recursos mais peculiares são: a portabilidade de documentos, que permite a edição do mesmo documento por mais de um usuário e o recurso de publicação direta em blog. Os aplicativos permitem a compilação em PDF. http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Docs.

3.6 INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Quanto ao instrumento de análise de dados utilizamos a técnica da Análise de Conteúdo (AC) que vai possibilitou alcançar diretamente o que existe por trás do que se diz, procurando identificar:

- A concepção de inclusão digital existentes nas notícias veiculadas no site da Prefeitura do Recife, uma vez que traz a sua perspectiva política;
- A concepção de inclusão digital que permeia o Projeto da Escola Itinerante de Informática. Esta análise foi feita a partir da leitura do Projeto, e;
- A concepção de inclusão digital da coordenadora e dos usuários do projeto. Esta análise foi realizada a partir da leitura do questionário aberto aplicado à coordenadora e dos formulários eletrônicos aplicados aos alunos.

Ao trabalhar os dados na perspectiva de uma AC procuramos num texto algo que não está aparente já na primeira leitura e que precisa de uma metodologia para ser desvendado. Segundo Bardin (2009), Análise de Conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 42).

Para Moraes (1999) a análise de conteúdos (AC) "constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e texto" (p. 9) e pode ser dividida em cinco etapas.

Para esclarecer o leitor em relação aos procedimentos adotados para realização da análise, seguimos as fases descritas por Moraes (1999), que são as seguintes:

1. Preparação das informações, identificando as diferentes amostras de informações a serem analisadas para iniciar o processo de codificação dos materiais;

2. Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades de análise, onde relemos as mensagens das notícias elencando as unidades de registro para, em seguida, iniciar a terceira etapa da AC;
3. Categorização ou classificação das unidades em categorias. Esta fase está relacionada ao processo de agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles. Assim, reunimos as unidades de registro das mensagens das notícias analisadas e definimos as categorias de análise;
4. Definição de categorias, identificando o material de cada uma delas, comunicando o resultado. Neste momento, discutimos cada uma das categorias à luz da fundamentação teórica; e
5. Interpretação, que consiste em ir além do descrever, mas fazer inferência, para isso buscamos compreender mais profundamente o conteúdo das mensagens.

O resultado e análise encontrados a partir desses procedimentos estão expostos próximo capítulo.

CAPÍTULO 4
RESULTADOS E DISCUSSÃO
Inclusão digital, inclusão social?

4.1 INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, quando ainda não tínhamos recebido autorização para realização da coleta dos dados junto à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife, decidimos analisar as notícias veiculadas no site da Prefeitura do Recife com o objetivo de verificar a concepção de inclusão digital veiculada nessas notícias e de verificar o discurso político da Prefeitura do Recife neste sentido.

Para isso fizemos uma amostragem constituída pelas notícias veiculadas no período de 2006 a 2009 sobre o Projeto da Escola Itinerante de Informática do Recife. Em seguida realizamos uma análise de conteúdos das mensagens veiculadas nessas notícias procurando compreender o sentido das mesmas em relação à concepção de inclusão digital que estava presente no entendimento das notícias. Essas notícias tinham como intuito a divulgação do Projeto da EII e a abertura das inscrições nos cursos oferecidos pela EII.

Primeiramente é importante destacar que compreendemos que sendo notícias veiculadas pela própria Prefeitura elas compreendem um juízo de valor muito mais positivo do que negativo, pois estas procuravam valorizar e difundir o Projeto da EII para a sociedade. Muitas das notícias, por exemplo, traziam a fala de pessoas que procuravam os cursos oferecidos pela EII em relação a suas expectativas e importância para a sua vida. Num segundo momento, quando já tínhamos em mãos o Projeto da EII e o questionário aberto respondido pela coordenadora da EII, fizemos a Análise de Conteúdo também desses documentos. Além disso, também aplicamos formulários com alunos do projeto.

Descreveremos a partir de agora como foram os procedimentos de análise já trazendo os resultados e discussão de todos os dados, a saber: as notícias, o questionário aberto respondido pela Coordenadora, o Projeto da EII e os formulários eletrônicos respondidos pelos Alunos.

Por se tratar de um volume bastante grande de dados e resultados optamos por dividir a análise dos resultados em três grupos:

- **Grupo 1 – INSTITUCIONAL:** este grupo se refere à análise das notícias, do projeto da EII e do questionário aberto respondido pela coordenadora do mesmo. Acreditamos que ele traz a idéia de como a Prefeitura do Recife quer que o cidadão recifense seja incluído digitalmente;
- **Grupo 2 – BENEFICIÁRIOS:** o segundo grupo de análise é referente aos formulários eletrônicos aplicados com os alunos. Onde os alunos apontam a idéia do que é ser incluído digital na perspectiva do jovem; e
- **Grupo 3 – RELACIONAL:** o terceiro grupo de análise é o confronto entre a forma que o Projeto da EII pretende incluir digitalmente o jovem e como este quer ser incluído. Essa escolha se justifica porque nós acreditamos que os grupos trazem discursos e interesses diferenciados, como pudemos ver ao longo do nosso estudo e que iremos relatar a seguir.

4.2 GRUPO 1 – INSTITUCIONAL: NOTÍCIAS, PROJETO E QUESTIONÁRIO ABERTO RESPONDIDO PELA COORDENADORA

4.2.1 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DAS NOTÍCIAS

Primeiramente coletamos as notícias veiculadas pelo site oficial da Prefeitura do Recife no endereço <http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial/>, depois selecionamos os conteúdos (as notícias) referentes à Escola Itinerante de Informática. Feita a seleção das notícias partimos para a unitarização lendo todo o material com a finalidade de retirar as unidades de análise. Definindo assim as seguintes unidades: inclusão digital, fácil acesso, perspectivas, trabalho, estudo, melhoria de vida.

Segundo as notícias analisadas constatamos que a Prefeitura do Recife oferece para as comunidades através da EII dois cursos de informática (Tecnologia e Cidadania e Telemática e informática). Cada curso tem duração de dois meses perfazendo um total de 40hs/a cada um deles. As vagas são destinadas aos moradores do Recife com mais de

14 anos e com o ensino fundamental I (1ª a 4ª série) completo. No caso das unidades móveis (os ônibus) é dada a preferência aos moradores das comunidades onde os mesmos encontram-se estacionados.

Dando continuidade à análise dos dados coletados fizemos a categorização/classificação das unidades de análise em categorias. Ao agrupar os dados comuns existentes entre elas definimos as seguintes categorias: (A) **Perspectivas de Inclusão Social** e (B) **Concepção de Inclusão Tecnológica**. Feito isso, começamos a descrição e comunicação dos resultados, assim como as interpretações, como apresentamos a seguir:

Categoria A - Perspectiva de inclusão social:

Esta categoria destacou-se quando constatamos que as notícias analisadas (divulgação dos cursos oferecidos pela EII e entrevistas com as pessoas que os procuravam) traziam a ideia de que os cursos iriam possibilitar o fácil acesso às TICs; o acesso ao mercado de trabalho e à formação para o trabalho (empregabilidade e profissionalização). Isso nos revela que para a Prefeitura a inclusão social da população de baixa renda passa pela necessidade de prover acesso à Internet de forma abrangente e equitativa. Evidenciando a importância da dimensão econômica da inclusão social uma vez que ela pode suprir a carência do acesso a tecnologias ao possibilitar o acesso às mesmas. Também pelo fato de a dimensão econômica da inclusão social estar fortemente marcada pelo entendimento que a exclusão social se relaciona com a questão da empregabilidade. E nesse caso a tecnologia aparece predominantemente como vilã, pois à medida que a produção de trabalho passa a ser automatizada vai causando uma diminuição dos postos de trabalho e eliminando as funções rotineiras e repetitivas.

No entanto é preciso considerar também que o insucesso na obtenção do emprego não vem apenas da falta do domínio das ferramentas computacionais, mas está ligada diretamente aos aspectos cognitivos provenientes de uma cultura e de um sistema educacional de pouca qualidade.

A partir daí a Prefeitura também revela que considera a dimensão cognitiva da inclusão social como uma dimensão importante ao destacar que os cursos oferecidos pela

EI não vão proporcionar a volta aos estudos. Isso implicitamente revela que sem a informação que desemboca em educação, cultura e conhecimento, não se resolve a desigualdade. Levando em consideração alem da desvantagem material econômica, a desvantagem nas esferas da informação, educação, cultura e do conhecimento.

Podemos identificar essas evidências nas falas de uma professora e de uma dona-de-casa que buscavam vagas das 127 disponíveis nas Escolas Itinerantes de Informática:

Quem não sabe usar um computador no mundo atual é uma espécie de analfabeto. Está fora do seu tempo. É por isso que não perdi esta oportunidade' (Dona de Casa).

Acho muito útil fazer um curso de informática, pois o computador faz parte da nossa vida e hoje em dia  impossível trabalhar ou estudar sem ele' (Professora).

Nessas falas identificamos a perspectiva de que os cursos podem possibilitar a inclusão social via dimensão econômica e cognitiva. A dona de casa, por exemplo, ao dizer que se não se apropriar do uso das novas tecnologias 'estará fora do seu tempo' evidencia que a exclusão social acontece tanto pela desigualdade no acesso  informação e ao conhecimento como pela desigualdade na produção de conhecimento.

Essas desigualdades são em grande parte mediadas pelo uso das novas tecnologias em diferentes contextos. Diante disso, a inteligência está sendo considerada o insumo mais essencial do processo como um todo. Podemos inferir aqui também que ela queira aprender para se sentir incluída na sociedade da informação ao qual faz parte, mesmo que de forma induzida. Já na fala da professora essas dimensões ficam claras quando ela diz ser impossível estudar sem ele (o computador) e admite que o ele faça parte da sua vida.

A dimensão econômica da inclusão social, também é evidenciada, mas agora mais claramente no trecho que destacamos a seguir:

Durante os próximos dois meses, os cerca de 1,7 mil moradores inscritos – a grande maioria jovens e adultos sem vínculo formal de emprego – vo

participar, gratuitamente, de cursos básicos, com 40 horas/aula, de editores de texto e imagens, planilhas eletrônicas e Internet.

Podemos afirmar que o conteúdo implícito nessa fala nos traz fortemente o entendimento que a exclusão social se relaciona com a questão da empregabilidade e que a inclusão social, via empregabilidade vai ser efetivada a partir do momento em que os mesmos participam dos cursos. Considerando que o insucesso na obtenção do emprego vem apenas da falta do domínio das ferramentas computacionais não levando em conta que esse domínio e que está ligado diretamente aos aspectos cognitivos provenientes de uma cultura e um sistema educacional de pouca qualidade. Nesse sentido a tecnologia aparece aqui como heroína e que ao saber dominá-la consegue-se um vínculo formal de emprego e se tornando assim incluído social.

Em relação aos objetivos propostos pela Escola Itinerante de Informática, a saber: “combater a exclusão digital; formar o jovem que procura o primeiro emprego; profissionalizar os jovens para inserção no mercado de trabalho; possibilitar o acesso a novas técnicas de comunicação e informação; fazer dos jovens indivíduos ativos na comunidade”, eles refletem uma perspectiva de inclusão social considerando muito mais focada apenas na dimensão econômica. Vale ressaltar que a Prefeitura considera a dimensão política da inclusão social, uma vez que o local em que a escola vai ser instalada é escolhido pela população através da votação no orçamento participativo, ou seja, a população consegue atuar politicamente no exercício dos seus direitos, neste caso escolhendo via voto os locais onde a EII irá atuar. Ainda assim é essencial verificar se elas priorizam o conhecimento, adquirido através do computador e da Internet.

Categoria B - Concepção de Inclusão Tecnológica:

Identificamos nas notícias divulgadas a exigência de idade e escolaridade para a matrícula nos cursos (ter mais de 14 anos e ter o ensino fundamental I – 1ª a 4ª série completo). Ao propor cursos básicos gratuitos de informática: “Tecnologia e Cidadania (editores de texto e imagem, apresentação e planilhas eletrônicas) e de Telemática e Cidadania (internet e construção de página para web)”, a Prefeitura compreende a importância de integrar os jovens e adultos nessa sociedade que emerge, para que eles

dêem conta das exigências sociais, mas está considerando apenas a empregabilidade e a ampliação de mercados enquanto dimensão social.

Em relação à concepção de inclusão digital, a Prefeitura acredita que a melhoria de vida da população vai ocorrer quando os sujeitos tiverem acesso às Tecnologias tendo como consequência sua inserção e melhor atuação no mercado de trabalho não proporcionando uma análise mais aprofundada sobre o que essa inclusão digital promove. É preciso atentar ao que Cazeloto (2008) afirma: “a inclusão digital não pode ser associada mecanicamente à inclusão social, nem ao desejo de igualdade” (p. 149). Ou seja, é necessário superar as dicotomias “inclusão/exclusão” social e digital de “ter ou não ter” acesso às TICs, e ir além refletindo sobre o porquê e para quê dos programas de inclusão digital buscando analisar a quem esses programas se destinam e quais perdas e ganhos eles podem trazer.

No que diz respeito à questão da gratuidade e fácil acesso às TICs, a concepção é de que o projeto garanta a inclusão digital no seu sentido de ter ou não acesso contemplando apenas o aspecto social da exclusão onde o importante é a integração das classes menos favorecidas sendo a inclusão digital um fator de auxílio para a inclusão social. Como se apenas o consumo da tecnologia já garantisse um processo de transformação cultural. Isso também é bastante evidenciado na definição da EII quando ela coloca ao conhecimento do público apenas informações sobre seus aspectos tecnológicos como se apenas todo aquele aparato fosse garantir uma efetiva inclusão digital, social, econômica e cultural.

Em relação à exigência para a matrícula nos cursos onde a pessoa deva ter mais de 14 anos e certa escolaridade (1ª a 4ª série), e por atender a comunidades ao qual a EII está inserida (camadas mais populares da sociedade) acreditamos que a inclusão digital é concebida pela EII como a falta de capacidade técnica, social e econômica.

Dando prosseguimento a análise das notícias divulgadas pela Prefeitura identificamos alguns objetivos da EII, a saber: “combater a exclusão digital; formar o jovem que procura o primeiro emprego; profissionalizar os jovens para inserção no mercado de trabalho; possibilitar o acesso a novas técnicas de comunicação e informação; fazer dos jovens indivíduos ativos na comunidade”. Todos eles objetivos estão em sintonia com o que Cazeloto (2008) nos traz a respeito de alguns objetivos

centrais dos programas sociais de inclusão digital, a saber: ampliação de mercados; formação de mão-de-obra de baixo custo (p. 150).

Ora, em nenhum momento, enquanto objetivo, a Prefeitura procura destacar a importância da apropriação da tecnologia de forma consciente e crítica. Pois sabemos que inclusão digital não acontece apenas quando a combatemos ou possibilitando o acesso a novas técnicas de comunicação e comunicação. Cruz (2004) reforça isso claramente quando nos diz:

Para ser incluído digitalmente, não basta ter acesso a micros conectados à internet. Também é preciso estar preparado para usar estas máquinas, não somente com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir seus recursos de maneira plena (CRUZ, 2004, p. 13).

Os objetivos da EII divulgados pelo site da Prefeitura do Recife nós reforça que a maioria das iniciativas dos programas e projetos de inclusão digital está mais voltada para o aspecto técnico e instrumental do uso e do acesso às novas TIC e que as pessoas tem a ideia que ao ter acesso, ao saber manusear e ao utilizar a tecnologia, automaticamente, estarão incluídas socialmente e digitalmente. Parecem considerar apenas os aspectos benéficos da tecnologia como mérito do processo de inclusão social não levando em conta outros aspectos que atuam em conjunto com ela, tais como as dimensões cognitiva e política da inclusão social e o efetivo uso das TICs que priorizam a produção do conhecimento.

Se a construção do conhecimento não for muito explorada provocará poucas mudanças comportamentais nos usuários dos cursos e em seu grupo social. Ou seja, inclusão digital pressupõe uma série de outros objetivos conexos que não são somente os tecnológicos, dentre eles: a criação de condições para que o sujeito melhore sua qualidade de vida e o estabelecimento de conexões entre habilidades, conhecimentos e valores, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e da produção de conhecimento.

4.2.2 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DO PROJETO DA EII

No projeto da EII intitulado: ESCOLAS ITINERANTES DE INFORMÁTICA – recife.com.jovem, buscamos identificar a justificativa, os objetivos, o público alvo, os resultados esperados, a descrição metodológica e os recursos orçamentários. Procedemos da mesma forma quanto à análise de dados utilizando a Análise de Conteúdo. Lemos o Projeto da EII cuidadosamente e selecionamos as palavras que gostaríamos de analisar de acordo com o objetivo do nosso estudo definindo assim as unidades de análises.

Dando continuidade à análise dos dados coletados fizemos a classificação dessas unidades. Ao agrupar os dados comuns existentes entre elas definimos as seguintes categorias: (A) Politicidade; (B) Concepção Socioeconômica; (C) Concepções de Inclusão Tecnológica.

Categoria A – Politicidade:

No Projeto da EII, as três dimensões da inclusão social (política, econômica e cognitiva) são apresentadas. Mas a que mais se destacaram foram a dimensão econômica e a política. Por isso é importante estar atento ao que nos diz Sorj e Guedes (2005):

Políticas públicas podem aproveitar as novas tecnologias para melhorar as condições de vida do conjunto da população e dos mais pobres, mas a luta contra a exclusão digital é, sobretudo, uma luta para encontrar caminhos para diminuir o impacto negativo das novas tecnologias sobre a distribuição de riqueza e oportunidades de vida (SORJ e GUEDES, 2005, p. 2).

Em consonância com a maioria dos programas de inclusão digital o Projeto da EII focaliza estratégias de disseminação dos computadores e instrumentalização em informática à população menos favorecida, pois se acredita que através da expansão do

acesso e do uso das TICs é que se promove a inclusão digital, minimizando assim a exclusão social.

As palavras que compuseram essa categoria foram: exercício a cidadania, cidadania, autor social, políticas, orçamento participativo, formação cidadã e resgate a cidadania. Todas elas trouxeram o entendimento de que a exclusão social é decorrente da baixa politicidade dos cidadãos (Demo, 2002b). No projeto da EII, a ideia de que é preciso atuar politicamente no exercício dos seus direitos fica clara já na apresentação do mesmo quando fala em relação aos cursos oferecidos pela EII, como demonstraremos a seguir:

Nesses cursos, em consonância com o PMTE, são trabalhados, transversalmente, temas referentes ao pleno exercício da cidadania, buscando-se retratar a realidade social e profissional do público alvo, dentro do contexto atual científico e tecnológico da sociedade (...) para que ele possa construir sua cidadania questionando e intervindo na realidade em que vivemos, mudando sua condição de beneficiário para autor social. (Projeto da EII)

Essa afirmativa traz de forma implícita a dimensão cognitiva da inclusão social ao considerar a mudança do sujeito enquanto beneficiário da tecnologia para autor social, onde a inteligência está sendo considerada como um insumo mais essencial do processo como um todo. Mas traz claramente a dimensão política da inclusão social ao considerar a luta pelo pleno exercício dos direitos e a intervenção na realidade social como uma disputa que requer capital político. Portanto, a cidadania e sua manutenção estão, em primeira e última instância, nas mãos dos cidadãos.

Aqui percebemos claramente a questão da ambivalência da tecnologia. Porque ao mesmo tempo em que a falta de condições de acesso e uso das TICs exclui a maioria de obter serviços e direitos disponíveis na rede ela também possibilita uma ampliação do espaço público para manifestação e participação política.

Em seu objetivo geral, o Projeto da EII deixa clara a perspectiva de uma inclusão digital que pretende também resgatar a cidadania, como veremos a seguir:

Proporcionar a utilização de forma ampla e integrada das Tecnologias da Informação e Comunicação para acesso e produção de conhecimento numa perspectiva de qualificação profissional e resgate da cidadania (Projeto da EII).

Sendo assim, podemos afirmar que nessa dimensão da inclusão social a tecnologia é considerada como um espaço político capaz de gerar comunicação e possibilita o exercício à cidadania. De acordo com o seu Projeto a EII se propõe a fazer isso coadunado com a ideia de que a inclusão digital está inserida no movimento maior da inclusão social.

Categoria B – Concepção Socioeconômica:

Essa categoria foi definida através das seguintes palavras identificadas como unidades de registro: comunidade, baixa renda, realidade social, contexto/realidade, sociedade/social, qualidade de vida, desenvolvimento humano, incluso/inclusão, excluem/excluídos/marginalizados, sociedade letrada, desigualdade social, conjuntura social, sociocultural, democratizando o conhecimento, ociosidade.

Também encontramos bastante ênfase na questão da empregabilidade, por isso a definimos enquanto subcategoria destacando as unidades de registro encontradas: realidade profissional, enriquecimento profissional, qualificação profissional, atividades profissionais, trabalho/trabalhador.

Em se tratando da dimensão econômica da exclusão social o Projeto da EII está em consonância com a grande maioria dos Programas de inclusão digital, ou seja, tem concentrado esforços em suprir essa carência possibilitando o acesso às TICs, possibilitando o fácil acesso às mesmas e à instrumentalização em informática através de cursos de informática básica de curta duração.

Em relação ao destaque da subcategoria a questão da empregabilidade, sabemos que com as modificações no mercado de trabalho houve um aumento do trabalho precário, informal e do desemprego. Sendo assim, a busca por emprego aumentou e provocou um desequilíbrio social acarretando ainda mais no aumento do desemprego quando as tecnologias digitais foram introduzidas no contexto acima discutido (CASTELLS, 2002). A oferta de trabalho foi mudando uma vez que a produção economiza

a mão de obra e intensifica o capital intelectual, mudando assim o valor que advém do trabalho (VAN ACKER, 2009; DEMO, 2002a; DEMO, 2002b; DEMO, 2001).

Com o uso intensivo das novas tecnologias no processo produtivo, não só a estrutura de emprego foi alterada, mas também a informação e o conhecimento que estão presentes na produção desses bens e serviços. O Projeto da EII procura em seus objetivos geral e específicos atender a essas demandas contribuindo “para a qualificação profissional e o pleno exercício da cidadania” (dimensão econômica e social da inclusão social) enfatizando a questão da empregabilidade enquanto direito do cidadão.

Para Castells (2002) não se pode estabelecer uma relação direta entre tecnologia e desemprego. No entanto, Demo (2002a) tende a discordar desta conclusão, argumentando que o capitalismo ao avançar no uso da tecnologia da informação no trabalho, só aumenta suas contradições internas uma vez que não há compromisso da empresa capitalista na expansão do nível de emprego.

Nessa mesma linha de raciocínio Cazeloto (2008) afirma que “a inclusão digital pode ser interpretada como a ampliação da base de influência do império¹⁰.” (CAZELOTO, 2008, p. 139). Ou seja, o insucesso na obtenção do emprego não vem da falta do domínio das ferramentas computacionais, mas está ligada diretamente aos aspectos cognitivos, provenientes de uma cultura e de um sistema educacional de pouca qualidade.

Em seus objetivos específicos, a saber: Diminuir o índice de exclusão digital na população de baixa renda; Contribuir para a qualificação profissional e o pleno exercício da cidadania; Oportunizar o uso e o acesso das ferramentas tecnológicas democratizando o conhecimento; Transformar o uso da tecnologia em instrumento de educação para o acesso e produção do conhecimento, o Projeto da EII nos dá um indicativo que considera que o insucesso na obtenção do emprego decorre da falta de domínio das ferramentas computacionais, mas será que ela considera que esse insucesso pode estar ligado também aos aspectos cognitivos ou de uma cultura e um sistema educacional de pouca qualidade?

¹⁰ Império segundo o autor “é o modo supranacional de organização do capitalismo global” (CAZELOTO, 2008p. 74).

Em relação à dimensão política da inclusão social a concepção encontrada no Projeto da EII não é diferente da encontrada nas respostas dada pela coordenadora da EII. Nela a ênfase é o entendimento de que a exclusão social é decorrente da baixa politicidade (DEMO, 2002) dos grupos sociais que não conseguem atuar politicamente no exercício dos seus direitos.

No nosso entendimento a dimensão cognitiva da inclusão digital deveria ser mais explorada uma vez que ela procura mostrar que sem informação, que desemboca em educação, cultura e conhecimento, não se resolve a desigualdade social nem digital. A dimensão cognitiva da inclusão social acontece então pela desigualdade no acesso – isso segundo o Projeto da EII não é problema, uma vez que o acesso é facilitado. Mas ela se dá também através da produção do conhecimento e pelo uso significativo das novas tecnologias em diferentes contextos – será que os contextos são considerados nas ações desenvolvidas pelo Projeto da EII?

Categoria C – Concepção de Inclusão Tecnológica:

A concepção de inclusão digital mais presente no Projeto da EII é a que considera os aspectos técnicos priorizando a destreza do manuseio do computador, do acesso à internet e do uso dos principais softwares e de cursos básicos. O que não nos deixa muito surpresas visto que era nossa hipótese inicial e pelo fato do Projeto trazer claramente em seu objetivo além do combate a exclusão digital era dar oportunidade de formação para o jovem que procura o primeiro emprego trabalhando na perspectiva de uma inclusão digital técnica voltada para inserção dos alunos no mercado de trabalho. As palavras que compuseram essa categoria foram: tecnologia/tecnológico, informação, ferramentas tecnológicas, transformar uso da tecnologia, tecnologia como instrumento para Acesso, alfabetização digital, uso tecnologia – 1, exclusão digital.

O Projeto da EII difere da principal estratégia da maioria dos projetos de inclusão digital que é dar acesso às pessoas de baixa renda às novas TICs. Isso ficou bastante destacados em seu objetivo geral e nos objetivos específicos:

Geral:

Proporcionar a utilização de forma ampla e integrada das Tecnologias da Informação e Comunicação para acesso e produção de conhecimento numa perspectiva de qualificação profissional e resgate da cidadania. Transformar o uso da tecnologia em instrumento de educação para o acesso e produção do conhecimento.

Específicos:

Diminuir o índice de exclusão digital na população de baixa renda;

Contribuir para a qualificação profissional e o pleno exercício da cidadania;

Oportunizar o uso e o acesso das ferramentas tecnológicas democratizando o conhecimento.

Esses objetivos só reforçam o aspecto técnico da inclusão digital, pois consideram apenas os determinantes tecnológicos de acesso e uso contemplando o acesso a rede, o acesso aos conteúdos da rede, o acesso as linguagens básicas e instrumentos para uso da rede. É preciso ampliar os objetivos para que eles contemplem também o acesso as técnicas de produção de conteúdo e o acesso à construção de ferramentas e sistemas voltados às comunidades (SILVEIRA, 2001).

Portanto, o primeiro passo é ampliar o conceito de inclusão digital do Projeto a fim de que os aspectos econômicos e cognitivos da inclusão digital sejam contemplados. Só assim será possível considerar a construção de ferramentas voltadas às comunidades, a produção de conteúdos, o reforço dos capitais intelectuais, culturais e social, oportunizar o custeio para acesso à rede, tornar o sujeito autônomo e independência no uso complexo das TICs, oferecer cursos avançados de software e possibilitar as diversas formas de participação política. É preciso também avaliar esses programas não pelo número de pessoas que o procuram ou pela facilidade de acesso, mas sim pela competência informacional e apropriação social das TICs.

Em relação ao público alvo o Projeto da EII diz que são “Jovens e adultos a partir de 14 anos, prioritariamente, com escolaridade mínima 2º ano do 2º ciclo do Ensino Fundamental e residir no bairro.” Há uma escolaridade mínima, uma exigência de ser do mesmo bairro em que a EII estiver inserida, mas não observamos no Projeto nenhuma consideração em relação ao contexto em que a EII está inserida.

Isso nos leva a confirmar como na literatura estudada, que um dos grandes desafios dos programas de inclusão digital é que estes não devem se limitar apenas ao acesso devendo ir além ao considerar o uso significativo. Em princípio devem incluir estratégias que dão suporte ao uso das TICs, mas desde que enfatizem o papel das comunidades, alvos dos programas, levando em conta seu contexto. Quando o contexto e as condições sociais da comunidade são considerados como determinantes no uso da tecnologia, as comunidades passam a ser vistas como ativas na interação da tecnologia responsáveis pela produção de conteúdo, informação e conhecimento.

4.2.3 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DO QUESTIONÁRIO ABERTO RESPONDIDO PELA COORDENADORA DA EII

No questionário aberto aplicado com a coordenadora da EII buscamos identificar os objetivos, as ações desenvolvidas, a possibilidade de inclusão digital do projeto, a escolha do local onde a EII atua, como é divulgado o projeto para a inscrição da população, critério de seleção, quais ações são realizadas, quais cursos são oferecidos acompanhamento aos alunos e a existência de uma avaliação do projeto da EII.

Dada as respostas pela coordenadora relemos todo o material cuidadosamente e selecionamos as respostas para fazer a unitarização que tem o propósito de retirar as unidades de análise, definindo as seguintes unidades: políticas públicas; exercício à cidadania; atendimento sistemático; orçamento participativo; voto; eleitores; baixa renda; população; comunidade; democratizando o conhecimento; qualificação profissional; formação; transformar o uso da tecnologia; instrumento; integração das TICs; acesso; uso das ferramentas; curso de informática; apropriação de ferramentas tecnológicas; produção do conhecimento; conhecimento das TICs; apropriação do conhecimento; conhecimento das TICs.

Dando continuidade à análise dos dados coletados fizemos a classificação das unidades de registro conforme Moraes (1999). Ao agrupar os dados comuns existentes entre elas, definindo as seguintes categorias: (A) Politicidade; (B) Concepção Socioeconômica; (C) Concepção de Inclusão Tecnológica. Tais categorias já foram

identificadas na análise do projeto e também estão visíveis nas respostas da Coordenadora. Isso pode indicar, a princípio, que a concepção da coordenadora coaduna com a concepção do projeto.

Categoria A – Politicidade:

As palavras que compuseram essa categoria foram: políticas públicas, exercício a cidadania, atendimento sistemático, orçamento participativo, voto e eleitores e dizem respeito à dimensão política da inclusão social, que se refere ao exercício de direitos dos cidadãos especificamente direitos políticos.

O ponto que mais se destacou nas respostas da coordenadora foi a ideia de que a noção e o exercício a cidadania serão ampliados com o uso da tecnologia. Isso ficou claro na resposta dada em relação aos objetivos da EII, quando a coordenadora afirmou que um deles seria “contribuir para o pleno exercício da cidadania” (Coordenadora).

Embora o aspecto material da inclusão social, via dimensão econômica, esteja mais presente nas respostas da coordenadora uma vez que a ênfase no acesso foi bastante destacada como elemento essencial no processo de inclusão, questões políticas aparecem em seu discurso, o que não poderia ser diferente uma vez que a escolha do local onde a EII vai atuar ser definida através de votação via Orçamento Participativo. Podemos observar isso através da resposta dada a pergunta sobre como era definido o local que a EII iria atuar:

Os locais são definidos através das Plenárias do Orçamento Participativo, em que a comunidade tem voz e voto para definir a localidade onde a EII deve atuar, obedecendo ao critério de percorrer toda a RPA a partir das microrregiões (Coordenadora).

Ao dizer que “a inclusão digital é efetivada através de um “atendimento sistemático” – (acesso contínuo e gratuito), a coordenadora deixa claro que esse projeto faz parte de uma política maior de assistência a comunidades de baixa renda e isso se torna ainda mais forte quando a escolha do local beneficiado se dá através de votação em plenárias do Orçamento Participativo.

Essas afirmativas nos revelam que a coordenadora considera a exclusão social como uma injustiça que só será reparada via voto e voz – que são conquistas políticas – na medida em que fazem valer seus direitos. Por isso tendemos a concordar que a busca pelo exercício pleno à cidadania é também uma disputa política (DEMO, 2002).

Categoria B – Concepção Socioeconômica:

Nesta categoria percebemos fortemente a questão da **empregabilidade**, por isso a definimos como uma subcategoria desta. O que justifica a não criação de uma nova categoria, mas sim a criação de uma subcategoria, é que a dimensão econômica da inclusão social traz o entendimento de que a exclusão social também decorre da questão da empregabilidade que é decorrente da pobreza material, da baixa renda e do consumo (VAN ACKER, 2009; DEMO, 2002a; DEMO, 2002b; CASTELLS, 2002; DEMO, 2001). As palavras que compuseram essa categoria foram: qualificação profissional, emprego, mercado de trabalho e formação profissional.

Nas respostas dadas pela coordenadora da EII as três dimensões da inclusão social (política, econômica e cognitiva) são apontadas. No entanto, a dimensão que mais ficou em evidência em seu discurso foi a dimensão econômica da inclusão social. Ao afirmar que um dos objetivos específicos da EII é “a diminuição do índice de exclusão digital na população de baixa renda” (Coordenadora) ela deixa claro que, na sua compreensão, a dimensão econômica influencia fortemente na inclusão digital das pessoas uma vez que é garantida pelo fácil acesso às TICs e que através da inclusão digital é que se dá inclusão social.

A disponibilidade das ferramentas tecnológicas garantida pelo fácil acesso e pela democratização do mesmo é considerada mais uma vez pela coordenadora da EII como gerador de uma transformação social positiva. Isso é claramente confirmado na resposta dada pela mesma à pergunta feita sobre a possibilidade de inclusão digital dos jovens a partir da EII.

... a população tem a oportunidade de fazer não só o curso básico de informática, mas a continuidade de apropriação de outras ferramentas tecnológicas (Coordenadora).

Nessa fala está implícito que quem tem acesso e sabe manusear a tecnologia, está incluído digitalmente e que a tecnologia é condição necessária para a transformação social. No entanto, sabemos que acesso a informação e serviço só traz impacto direto e significativo, quando considerado, além do contexto, o uso significativo das novas TICs, a competência informacional e a apropriação social das TICs.

Segundo a coordenadora do projeto

Transformar o uso da tecnologia em instrumento de educação e resgate do exercício da cidadania, proporcionando a utilização de forma ampla e integrada das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para o acesso à produção do conhecimento e qualificação profissional (Coordenadora)

Dessa forma, podemos identificar que nesse objetivo da EII os três principais focos dos programas de inclusão digital estão presentes: (1) **os econômicos** – onde os programas são pensados para gerar emprego, ampliação de mercados, renda e desenvolvimento econômico e formação de mão-de-obra (VAN ACKER, 2009; CAZELOTO, 2008; CASTELLS, 2002; DEMO, 2002a); (2) **os de democratização da informação e do conhecimento** – onde os programas têm como foco a autonomia política dos excluídos, a ampliação do espaço da cidadania, a construção de conhecimento que promova a autonomia de forma mais ampla (CAZELOTO, 2008; GUERREIRO, 2006; WARSCHAUER, 2006; LEMOS, 2004); e (3) **os que contemplam a dimensão política da inclusão social** – tendo como foco a ideia que a democracia e cidadania merecem especial atenção, pelo seu poder na mudança social (DEMO, 2002a; DEMO, 2002b; DEMO, 2001).

Os focos cidadania, profissionalização, educação e inclusão social são contemplados na resposta quanto ao objetivo geral da EII. No entanto, sabemos que, como dito anteriormente, dependendo da forma que conceituamos inclusão digital teremos ênfases diferentes na formulação dos programas de inclusão digital. Vale salientar que o foco (educação) é substancial para o desenvolvimento de bons projetos de inclusão digital uma vez que eles primam pelo uso da informação e do conhecimento após

reflexão e análise críticas possibilitando transformações no cotidiano, no contexto e na sociedade. É preciso, pois abandonar a perspectiva de uma inclusão meramente instrumentalizada e tecnocrática em prol de uma perspectiva autoral.

O contexto social, político e econômico aos quais os projetos de inclusão digital estão inseridos devem ser considerados. Nas respostas dadas pela coordenadora identificamos que o contexto econômico e o político são levados em conta na elaboração do projeto da EII. Eles são evidenciados no fato de a seleção do local se dar pela escolha direta através do voto da comunidade numa plenária do Orçamento Participativo (dimensão política), pelo fato da EII só atender a comunidades de baixa renda e por possibilitar o fácil acesso às TICs através do seu aspecto itinerante (dimensão econômica).

Apesar dessa importante consideração das dimensões econômica e política da inclusão social, a dimensão cognitiva e o contexto social não foram levados em conta nas respostas da coordenadora da EII e isso é fundamental que seja considerado num projeto de inclusão digital uma vez a dimensão cognitiva da inclusão social pode determinar, em nossa sociedade, a qualificação profissional, a utilização e a produção do conhecimento e a acumulação do capital, onde a produção e a difusão dos saberes passam a ser mediados pelas redes digitais.

Já o reconhecimento do contexto traz impactos significativos e diretos na comunidade. Quando o contexto social é respeitado as ações de inclusão passam a considerar a cultura local oportunizando a partilha de conhecimentos, a valorização e a ampliação da cultura, a partilha do respeito à diversidade e a dinâmica da autoria (LEMOS, 2004).

Categoria C – Concepção de Inclusão Tecnológica:

A concepção de inclusão digital mais presente nas respostas da coordenadora da EII é a concepção da inclusão digital via acesso às pessoas de baixa renda às TICs onde jovens pobres mais computadores conectados a internet é igual a Inclusão Digital. Afirmamos que essa concepção traz a ideia que inclusão digital insere-se no movimento maior de inclusão social, deixando claro que inclusão digital é instrumento de inclusão

social e que isso só se dá através do acesso às TICs. As palavras que compuseram essa categoria foram: conhecimento das Tics, transformar o uso da tecnologia, instrumento, integração das Tics, acesso, uso das ferramentas, curso informática.

Quando questionada sobre a possibilidade de inclusão digital dos usuários da EII a coordenadora da mesma nos diz:

A possibilidade de inclusão digital é efetivada quando temos quase 08 anos de projeto com um atendimento considerável e, pelo fato que cada RPA existe, além da UTEC Fixa, 01 ou mais UTEC Móvel de informática com atendimento sistemático, em que a população já conhece a política de tecnologia da RMER e tem a oportunidade de fazer não só o curso básico de informática, mas a continuidade de apropriação de outras ferramentas tecnológicas (Coordenadora).

Esta resposta nos dá indicativos que através da disponibilização das ferramentas e com uma infraestrutura tecnológica necessária se chega a uma inclusão digital. O acesso às TICs é condição inicial para se chegar a uma inclusão digital. No entanto, a efetivação da inclusão digital não é garantida apenas pelo acesso às pessoas de baixa renda às TICs, é preciso considerar outros elementos conexos já citados anteriormente.

Essa consideração desemboca no pensamento que o indivíduo estará incluso digitalmente e em um momento posterior socialmente quando as dificuldades de acesso às TICs e as dificuldades técnicas de manuseio do computador forem ultrapassadas, deixando a exclusão digital de ser um problema quando a maioria da população tiver possibilidade de acesso. Sendo assim, o foco das ações e das políticas públicas de inclusão digital buscará apenas trabalhar para a universalização do acesso.

Para que o acesso às TICs gere uma transformação do uso efetivo das mesmas os sujeitos devem construir conhecimento de forma crítica, reflexiva e criativa deixando de ser apenas meros consumidores e receptores das TICs e tudo isso só será possível quando os sujeitos forem autores da construção do seu próprio conhecimento e informação.

4.3 GRUPO 2 – BENEFICIÁRIOS: FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS APLICADOS COM OS ALUNOS DA EII

Para a realização deste estudo ao qual inicialmente, chamamos de piloto, elegemos como sujeitos uma turma de 6 (seis) alunos que estava finalizando o Curso de Telemática e Cidadania oferecido pela Escola Itinerante de Informática. Justificamos a escolha dos alunos por considerarmos muito importante o estudo dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos que experienciam esses projetos. Também porque quando pensamos em quem será ou deverá ser incluído já estamos hierarquizando e definindo quem está ou não excluído, não levando em conta muitas vezes a real necessidade e o contexto local das comunidades atendidas pelos programas e projetos.

Outro fator é que identificar alguns indicadores de inclusão digital da sua realidade desses jovens será muito importante para nosso estudo, pois na maioria das vezes tendemos a considerar que a visão de jovens nativos digitais a respeito da inclusão digital é a mesma dos teóricos e até da nossa própria visão e isso pode não estar correto, eles podem ter concepção, conceito e ideia diferenciadas.

Antes de detalharmos os procedimentos e os resultados vamos informar como o estudo deixou de ser piloto e se tornou o estudo principal e único. Inicialmente aplicamos a pesquisa com uma turma de seis alunos que estava finalizando o curso de Telemática e Cidadania (que é o curso que os alunos tem acesso à internet). Terminada a coleta partimos pra a análise dos dados. Os dados nos revelaram que os alunos se sentiam incluídos digitalmente por estarem interagindo na rede e por estarem se comunicando com os amigos e que mesmo sem possuírem em suas casas computadores conectados a internet ou sem ter a destreza no uso da máquina não procuravam os cursos pra acessar a internet, mas sim para serem capazes de compreender os desafios da sociedade contemporânea.

Partindo dessas e de outras considerações surgiu uma hipótese de pesquisa a *posteriori*: a concepção de inclusão digital dos jovens responde a valores, princípios e interesses próprios da sua natureza, ou seja, nativos digitais que são contemporâneos a essa sociedade cibercultural. Essa perspectiva amplia, portanto, a concepção de inclusão digital difundida pela academia e pela literatura que trata do tema (VAN ACKER, 2009;

CAZELOTO, 2008; WARSCHAUER, 2006; GUERREIRO, 2006; SORJ & GUEDES, 2005; SORJ, 2003; PELLANDA, 2005; SILVEIRA, 2003; SILVEIRA, 2001).

Assim sendo, incluímos ao formulário de pesquisa inicial mais duas perguntas e alguns serviços que os alunos costumam ou não realizar na internet e algumas habilidades que eles esperavam adquirir ao terminarem o curso a fim de validarmos nossa nova hipótese.

Por isso aplicamos o novo formulário de pesquisa para mais uma turma de alunos finalizando o curso, dessa vez uma turma composta de 11 (onze) alunos. Os resultados nos provaram que as conclusões a que chegamos com o primeiro grupo de alunos, relativas à nossa nova hipótese, não foram diferentes deste segundo grupo e por isso juntamos a análise das duas turmas que será descrita a mais adiante. Nesse sentido, teremos a análise das respostas de 17 alunos para a maioria das questões e apenas em três questões teremos 11 respostas.

Os dados foram coletados através de um formulário eletrônico feito no Gdocs que foi compartilhado com os alunos através do seu endereço eletrônico. Após responderem ao formulário na presença da pesquisadora os alunos já enviavam as respostas em tempo real que no mesmo instante ficaram disponíveis na planilha de dados da pesquisadora.

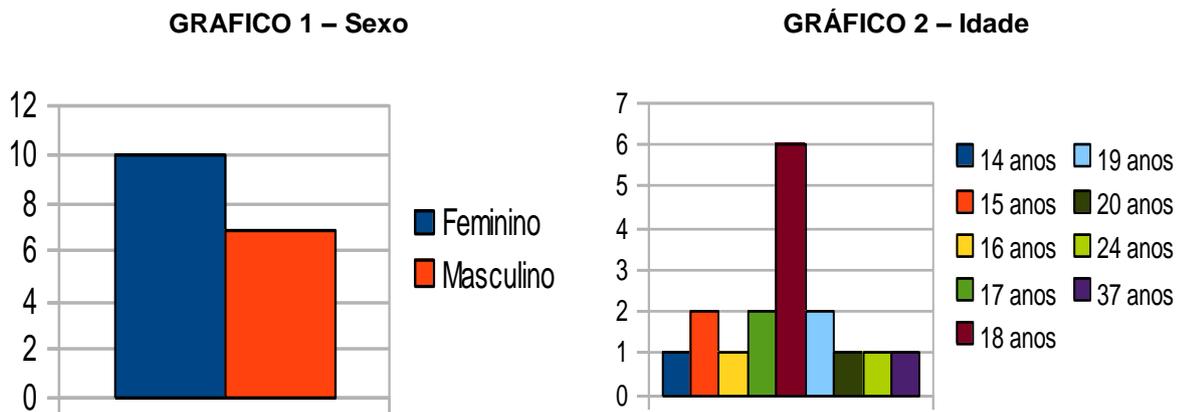
Quanto ao instrumento de análise de dados também utilizamos a técnica da Análise de Conteúdo (AC) agora com o objetivo de desvelar a concepção de inclusão digital dos alunos e também alguns indicadores de inclusão digital, hábitos informacionais e interesses na internet. Esses dados são muito importantes para que possamos compreender a concepção de inclusão digital dos alunos pela ótica do seu contexto (social, político, cultural e econômico). Essas informações nos ajudam a refletir sobre o que vem a ser inclusão digital do ponto de vista da necessidade desses jovens.

Num primeiro momento traremos os resultados quanto as questões mais gerais tais como quantitativo de alunos, sexo, idade formação e escolaridade apenas para identificarmos os sujeitos. Em seguida analisamos os interesses e hábitos informacionais dos alunos, feito isso traremos a concepção de inclusão digital dos mesmos.

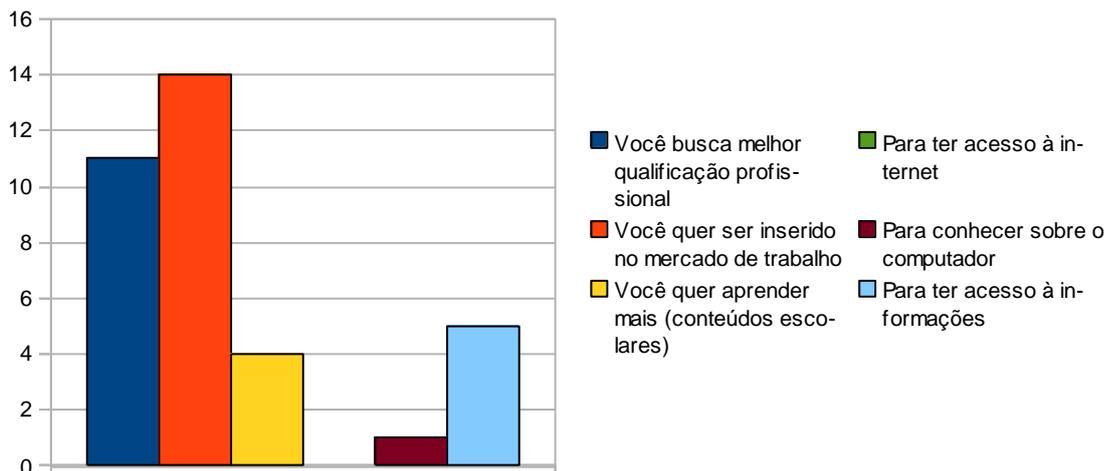
A partir de agora partiremos para a descrição dos resultados.

4.3.1 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DA TURMA FINALIZANDO O CURSO

O estudo realizado com duas turmas totalizou um número de 17 alunos entre 14 e 37 anos, destacamos que a maioria era jovem tendo entre 15 a 24 anos e que apenas um adulto tinha 37 anos (Gráfico 2). A maioria dos alunos era do sexo feminino como podemos ver no gráfico 1.



Dez (10) alunos afirmaram que buscavam melhor qualificação profissional e quatorze (14) inserção no mercado de trabalho; quatro (4) queriam aprender mais sobre os conteúdos escolares e cinco (5) responderam que queriam ter acesso à informação e apenas um (1) conhecer mais sobre o computador. Isso evidencia que os alunos acreditam que o Curso vai possibilitar a sua inserção ao mercado de trabalho e uma melhor qualificação profissional (empregabilidade e profissionalização). Isso está em sintonia com o que Cazeloto (2008) afirma a respeito de alguns objetivos centrais dos programas sociais de inclusão digital, a saber: ampliação de mercados; formação de mão-de-obra de baixo custo (CAZELOTO, 2008). No entanto, é preciso considerar que a questão da empregabilidade e profissionalização também pode ser um discurso bastante disseminado pelos projetos de inclusão digital, pela mídia e pelo Governo ou até mesmo por uma exigência do mercado de trabalho que é reproduzido pelos alunos em seus discursos e expectativas.



Destacaremos agora um dado bastante relevante a respeito do hábito informacional desses jovens: nenhum deles procurou o Curso “Para ter acesso à internet” como pode ser visto no gráfico. Isso nos revela de forma implícita que o acesso à internet pode não ser um problema para esses alunos e isso contraria um dos principais objetivos do projeto da EII e também a ideia inicial de inclusão digital dos programas do Governo que é prover o acesso a população de baixa renda. Podemos inferir que a questão do acesso é em grande parte sanada pela proliferação das lanhouses que no nosso entendimento são espaços criados pelas comunidades para que seus próprios membros sejam incluídos.

É importante destacar também que apenas quatro (4) alunos demonstraram interesse em aprender mais sobre conteúdos escolares mesmo identificando que sete (7) concluíram o Ensino Médio, cinco (5) ainda estão cursando o Ensino Médio e cinco (5) estão cursando o Ensino fundamental II. Esses dados revelam que a ideia de aprendizagem na rede não tem nada a ver com aprendizagem escolar uma vez que a experiência de escolarização desses jovens diz muito pouco a respeito da realidade dos mesmos. Esse dado também pode revelar que de um modo geral a escola pouco mobiliza a experiência de vida dos alunos e pouco atenta para a maneira que os alunos efetivamente aprendem.

Um (1) aluno tinha interesse em aprender mais sobre o computador. No entanto, compreendemos que a ideia de conhecer para o aluno é diferenciada da ideia dos os

projetos de inclusão digital, para o aluno essa ideia passa pelo ‘mexer’ na máquina e não apenas pela ideia de obtenção e produção do conhecimento.

Mas por que os programas e projetos de inclusão digital ainda colocam esses pontos como carro chefe? Por que não consideram os interesses e hábitos dos usuários? Será que é porque querem realmente legitimar a lógica de mercado que é qualificar mão-de-obra barata ou será que querem tornar o usuário um mero espectador e consumidor da tecnologia?

Embora quatro (4) alunos tenham respondido que procuraram o curso pra saber mais sobre os conteúdos escolares todos reconhecem a internet como fonte de informação, no entanto, eles não consideraram a internet como fonte de leitura. Cabe refletir que o insucesso na vida escolar não vem da falta do domínio das ferramentas computacionais, mas está ligada diretamente aos aspectos cognitivos e nós ainda acrescentaríamos que o livro didático, por ser gratuito, é a principal fonte de conhecimento desses jovens da periferia.

Dando prosseguimento a análise dos dados identificamos através da pergunta “Você gosta de ler?” que apenas um aluno não gosta de ler os outros 16 afirmaram que gostam. Declararam que tinham o hábito de ler livros (13 alunos), revistas (8 alunos) e jornais (6 deles). Já dentre as informações mais consultadas por eles em jornais e revistas estão: esportes (6); atualidades e empregos (8); culinária, educação, cultura e saúde (2); horóscopo (1); entrevistas de famoso (1); mortes (1). Vale salientar que o aluno que declarou procurar informações sobre morte é do sexo masculino e tem 14 anos. Cabe refletir que os alunos procuram informações atuais que fazem parte da sua realidade e que são do seu interesse seja para lazer o seu lazer e entretenimento ou para consideração e importância em seu contexto social.

Em relação aos meios de comunicação mais utilizados por eles para falar com amigos e conhecidos quatorze (14) alunos responderam que é através do celular, onze (11) que é através do MSN (bate-papo), onze (11) também através do Orkut (site de relacionamentos), sete (7) através do seu endereço eletrônico (e-mail) e apenas um (1) utiliza a carta para tal fim. Apenas um (1) aluno dos dezessete afirmou não utilizar o celular.

ser mais explorados nos programas e projetos de inclusão digital já que faz parte da cultura digital dos jovens.

Devemos também considerar que através do acesso à internet em *lanhouses* os usuários podem desenvolver suas próprias habilidades adquiridas em seu contexto particular com maior liberdade, menos imposição e maior harmonia de poder uma vez que estão entre seus pares e em seu contexto social e de uso significativo possibilitando uma melhor tensão em torno dos seus problemas atribuindo-lhes assim resoluções e significados.

Será que esses serviços não correspondem à sua realidade econômica, política, social e cultural? Será que eles acreditam que não vão resolver o seu problema através desses serviços? É certo que eles reconhecem essas informações, inclusive quanto perguntados: “Você acredita que esses serviços na internet podem lhe ajudar em alguma coisa? Em quê?” Todos responderam que os serviços iriam ajudar sim, quando perguntados em quê responderam o seguinte:

“Com certeza, tipo é mais eficiente e econômico, pois não preciso (sic) sair de casa para fazer essas coisas.”

“A expandir meu conhecimento sobre informática. (saiu (sic) mechendo (sic) em todas as ferramentas)”

“sim me ajuda encotra (sic) o que eu quero na area de emprego posso fala com minha conhada (sic)”

“Ver coisas como resultados de concursos públicos, em conseguir vaga de emprego, me localizar ou achar lugares em que não sei chegar...”

“A aumentar o conhecimento, maqnter-se (sic) informado sobre as ações do OP e ganhar tempo, ou seja, no lugar de uma pessoa ter que ir ao banco enfrentar fila, pode fazer o mesmo serviço pela internet.”

Podemos inferir que os alunos reconhecem a importância desses serviços para busca e aumento do conhecimento, obtenção de informações, ajuda na vida profissional, otimização do tempo, facilitador na busca por emprego e economia financeira. No entanto, os serviços mais utilizados por eles são os que dizem respeito à comunicação pessoal e sites de relacionamentos (Orkut, MSN e Email) a única exceção é a procura por emprego

que é bastante utilizada por eles na internet. Mais uma vez podemos refletir se por ser uma exigência do mercado os alunos se veem obrigados a buscar o emprego.

Dentre o não uso ou pouco uso dos outros serviços via internet algumas questões nos vêm à cabeça: será que não sabem examinar critérios de decisão? Será que não tem competência informacional para confiar na fonte? Ou será que não se apropriaram socialmente das TICs? Ou será que esses serviços não condizem com a sua realidade social e eles estão sendo convidados de forma induzida a serem incluídos digitalmente utilizando esses serviços?

Até o momento podemos afirmar que os alunos reconhecem a importância da informação e dos serviços oferecidos pela internet como sendo muito importante para a vida cotidiana de um modo geral. Mas esses serviços são pouco utilizados pela maioria deles, ou seja, na prática eles não utilizam esses serviços para resolver seus problemas seja para aperfeiçoar o tempo, ganhar qualidade de vida, aprender, produzir conhecimento ou até mesmo economizar dinheiro. Isso nos revela que eles não estão usando a tecnologia em benefício próprio nem da maioria uma vez que reconhecem a informação, mas não a utilizam na prática cotidiana. Podemos pensar que ao invés de estarem sendo incluídos socialmente através da utilização desses serviços em seu dia-a-dia, a disponibilidade dos mesmos, só aumenta o fosso da exclusão social. Continuando na condição de excluídos uma vez que esses serviços não fazem do seu contexto social, econômico e nem político.

Tentando identificar alguns indicadores de inclusão digital dos alunos fizemos duas perguntas, a primeira foi: “Quando você precisa ir a algum lugar que você não conhece como você faz?”

Obtivemos as seguintes respostas:

“Peço informações aos meus familiares e amigos.”

“Pergunto a alguém que sabe onde é ou agora que aprendi a me localizar pela internet também é uma boa solução.”

“antes de ir, procuro informação com conhecidos do lugar para ir certo.”

“eu pergunto pra alguma pessoa q estiver passando na rua.”

“Eu pesquiso antes sobre o lugar que vou e busco informações para quem já foi ao local.”

A segunda questão foi a seguinte: “Se uma pessoa que precisasse da sua ajuda te pedisse para você dizer que documentos são necessários para tirar uma 2ª via da carteira de identidade como você a ajudaria? Se não souber, onde buscaria informação?”

Obtivemos as seguintes respostas:

“Eu buscaria informação no Expresso cidadão.”

“eu ia com ela até o expresso cidadão para tirar todas as dúvidas, e ajudar a tirar a sua 2º via de identidade (isto é se eu tivesse tempo na situação).”

“Pela a internet e no site.”

“perguntaria alguma pessoa da minha familia”

“cherox do resistro e conprovamte de residencia e dua fotos” (sic)

“perguntava a pessoas mais velhas ou pesquisava na internet.”

Diante dessas respostas ficou explícito que os alunos preferem utilizar a cultura da fala se informando com amigos e/ou parentes. Podemos aqui falar de uma cultura de rede local, tribo e sentimento de pertença. Poucos alunos revelaram a possibilidade de considerar a internet também como uma boa opção já que agora aprenderam “a se localizar pela internet”. Esses dados também nos revelam que apesar dos alunos conhecerem os serviços, saberem utilizar o computador, utilizarem a rede para se comunicar e reconhecerem que esses serviços são importantes para otimização da vida e do tempo eles pouco utilizam para elucidar problemas cotidianos ou pelo menos os problemas que foram expostos para eles neste estudo. Talvez a internet não esteja sendo utilizada nesses cursos de modo contextualizado e é a contextualização que vai atender às necessidades do grupo social.

Não podemos afirmar que os alunos consideram a internet como fonte de informação, no entanto, também não podemos dizer se os alunos são capazes de selecionar quais informações são confiáveis, precisas e relevantes. Também não sabemos se eles são capazes de utilizar e escolher diferentes fontes de informações nem como eles identificam mais de uma fonte e descartam algumas delas.

Procurando responder essas questões perguntamos aos alunos: “Onde/como você busca informações para realizar as suas pesquisas escolares?” As seguintes respostas foram dadas por eles:

“Em livros e internet.”

“pela internet ou por livros didáticos mesmo.”

“nas lanhouse, nos site de pesquisas”

Esses dados não nos permitem afirmar se para os alunos as informações da internet são confiáveis. Ou seja, ela é vista de maneira ainda acrítica, sem consideração de fontes confiáveis, questionamentos a respeito de informações, entre outros. No entanto, cabe a nós refletir sobre o porquê da procura por parte dos alunos pelo Orkut e pelo MSN, cabendo a nós agora sim afirmar que essa procura tem muito mais relação com a questão pós-moderna da integração, justificado pelo fato do porque todo mundo está lá e todos querem fazer parte também.

As necessidades informacionais dos alunos são influenciadas por questões e fatores pessoais e quando analisadas por grupos elas podem apresentar padrões uma vez que o contexto e as particularidades podem determinar esses padrões. No entanto, podemos perceber que o que determina a escolha e a decisão das fontes de informações não é a disponibilidade dos recursos e sim os processos cognitivos que pouco são trabalhados nos projeto de inclusão digital.

A fim de saber também como o aluno se apropriava socialmente da tecnologia nós fizemos o seguinte questionamento: “Você já escreveu ou ajudou alguém a escrever um currículo?”, quatro (8) responderam que sim e dois (9) que não. Então perguntamos: “Como você fez?” e obtivemos as seguintes respostas de dois alunos:

“Coloquei o nome, endereço, escolaridade, experiência, objetivo.”

“Tenho um livro que ensina como preparar um currículo, peguei as informações e fiz numa Lan House”

“No currículo, coloquei o nome; data de nascimento; escolaridade; experiências profissionais, cursos, objetivo, etc”

“colocando os dados da pessoa (sic) corretamente”

“fiz no curso de informática , usando o word.”

“fiz um na word salvar (sic) e enviar (sic) para em presa (sic)”

Constatamos que os alunos aplicaram a prática aprendida por eles no Curso, no entanto, não passaram a informação adiante, não demonstraram a informação e tão pouco a transmitiram. A apropriação social das TICs deve passar pela técnica, pelo uso significativo e chegar até a coletividade. Os programas de inclusão digital devem se preocupar em oferecer atividades que atendam as necessidades dos alunos, mas promovendo a socialização de experiências através do uso da tecnologia em benefício da coletividade.

Em relação a pergunta: “O que significa inclusão digital pra você? Explique.” sete (7) alunos responderam não saber o que significava. Os que responderam sim deram as seguintes explicativas:

“Inclusão digital possa (sic) ser conhecimentos ao longo do tempo com computadores o que ele mostra para nós e as utilidades que fornece para facilitar (sic) na vida de cada cidadão.”

Sim. É quando temos uma inclusão na área da internet, onde podemos nos atualizar com os recursos que a internet nos oferece.”

“Bem no meu ponto de vista, é o acesso de pessoas à tecnologia.”

“Sim, ter conhecimento aos recursos da internet.”

“sim, é qnd (sic) uma ou varias pessoas ã (sic) tem acesso a internet e a computadores”

“Sim, é ser incluído em todas redes sociais, tais como blog, facebook, orkut, e também ter acesso á todos os tipos de sites e outras coisas na internet.”

Em seguida perguntamos: Você se sente incluído digitalmente? Por quê? Quatro (4) afirmaram que não se sentem incluídos digitais, um (1) não soube responder, um (1) deixou a questão em branco e onze (11) afirmaram que se sentem incluídos digitalmente. A seguir algumas respostas dadas por eles:

“tenho acesso a internet e sei como usar alguns recursos da internet e também como isso pode me ajudar na minha vida profissional”

“Sinto que a cada informação que me é dada estou sendo incluída”

“pq eu tenho acesso a internet e computadores”.

“Sim, possuo muitas redes na internet e fico muito tempo conectada.”

“por que eu mecho na internet”

“sim, porque faço parte daqueles que usam a internet”

A concepção de inclusão digital dos alunos atende a uma visão ainda **instrumental da inclusão digital**. No entanto, a percepção do que é inclusão digital deles é influenciada fortemente pela consideração do seu contexto social tanto de uso da tecnologia como de localidade (periferia). A questão da técnica aparece mais forte no discurso dos alunos que no discurso das notícias, do Projeto e da coordenadora, com destaque para o não aparecimento da questão da cidadania e da perspectiva cognitiva por parte dos jovens. Será que se não fossem jovens isso seria diferente, teríamos outros resultados? É bom pensarmos.

Os alunos estão apenas considerando inclusão digital (ID) enquanto acesso e uso do computador e da internet levando em conta meramente os aspectos técnicos e não outros aspectos necessários para uma inclusão digital mais efetiva como os cognitivos, por exemplo. Apenas um (1) aluno respondeu que ID era *“conhecimento ao longo do tempo com o computador”* e um (1) outro respondeu que era *ser “incluído em todas redes sociais, tais como blog, Facebook, Orkut”*. A maioria dos alunos acredita que ao ter acesso e ao saber manusear, automaticamente, estarão incluídos digitalmente. Acreditam também que a inclusão digital vai proporcionar uma melhoria na qualidade de vida e possibilitar a inserção e melhor atuação do indivíduo no mercado de trabalho bem como sua inclusão social.

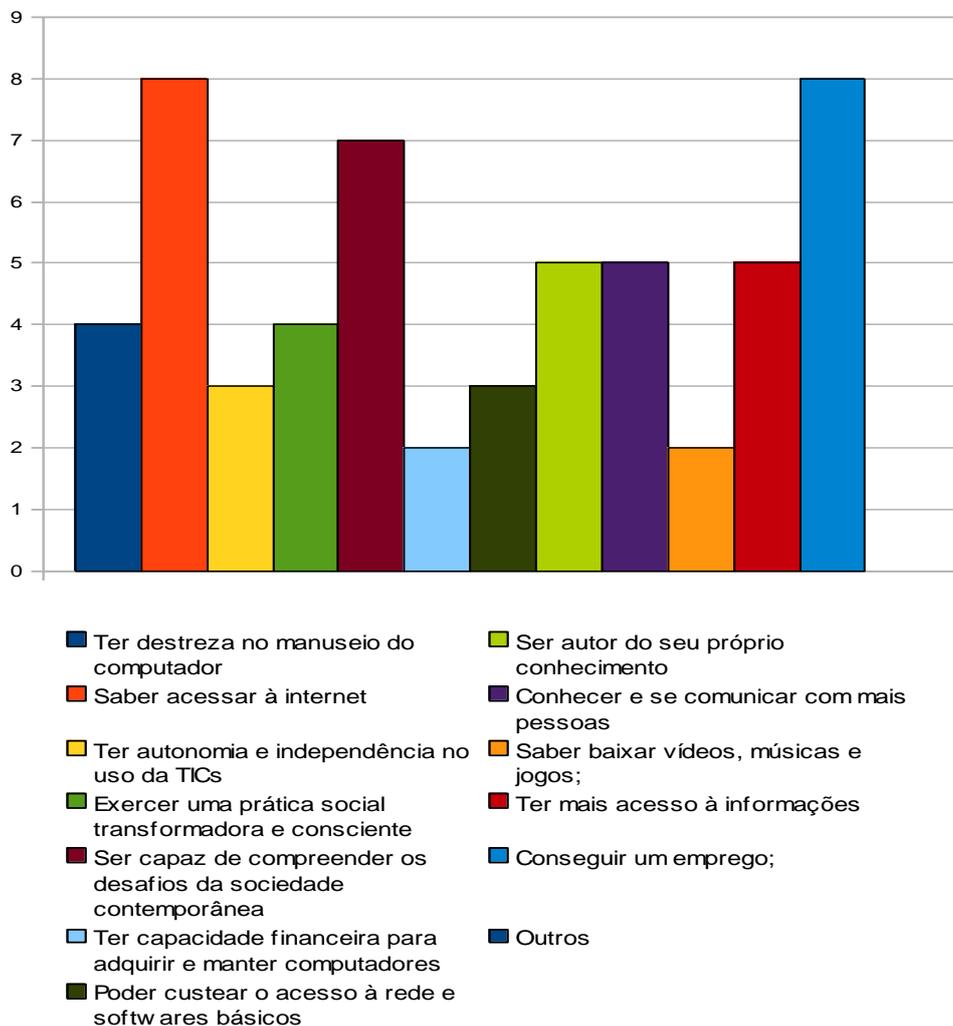
É preciso, no entanto, estar atento ao que Cazeloto (2008) afirma: *“a inclusão digital não pode ser associada mecanicamente à inclusão social, nem ao desejo de igualdade.”* (CAZELOTO, 2008, p. 149). Ou seja, é necessário superar as dicotomias *“inclusão/exclusão”* social e digital de *“ter ou não ter”* acesso às TICs e ir além refletindo

sobre o porquê e para quê dos programas de inclusão digital, buscando analisar a quem esses programas se destinam e quais perdas e ganhos eles podem trazer.

Como já vimos, não é apenas o acesso à tecnologia que vai promover uma inclusão digital, muito pelo contrário, às vezes pode provocar mais excluídos se os propósitos dessa inclusão não forem questionados e se o contexto da comunidade atendida não for considerada ou se não atentarem para a forma como essa tecnologia vai atender às necessidades dessas comunidades locais, tendo como cerne a questão da apropriação social das TICs uma vez que o fator principal no processo de inclusão digital é a sua utilidade social.

Em seguida perguntamos: Ao terminar esse curso, você espera? As respostas estão no gráfico a seguir:

GRÁFICO 05 – O que espera ao terminar o Curso



Embora os alunos esperem compreender os desafios da sociedade contemporânea a maioria das iniciativas dos programas e projetos de inclusão digital está mais voltada para o aspecto técnico e instrumental do uso e do acesso às novas TICs e parecem considerar apenas os aspectos benéficos da tecnologia como mérito do processo de inclusão social não levando em conta outros aspectos que atuam em conjunto com ela tais como as dimensões cognitiva e política da inclusão social e o efetivo uso das TICs que priorizam a produção do conhecimento, o exercício a cidadania e transformação social.

Concluimos com esses resultados que os jovens participam de redes sociais na internet, consideram-na como uma fonte de informação importante e utilizam recursos digitais variados. Além disso, consideram-se incluídos digitais e esperam com essa inclusão estarem preparados para os desafios da sociedade contemporânea. Entretanto, a visão dos mesmos sobre as possibilidades dessa inclusão se resume basicamente à instrumentalização técnica dos recursos e inserção no mercado de trabalho, o que pode ser considerado apenas um aspecto da inclusão social.

Portanto, é necessário um esclarecimento não apenas para os ofertantes dos projetos de inclusão digital, mas também para a sociedade em geral, das possibilidades de inserção social que a inclusão digital pode oferecer.

4.4 GRUPO 3 – RELACIONAL: INCLUSÃO DIGITAL DO PROJETO X INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS

Iniciaremos essa discussão trazendo reflexões sobre como um Projeto de inclusão digital pretende incluir digitalmente e como os usuários querem ser incluídos. A princípio a questão que nos vem à cabeça é o que o usuário faz pra se incluir digitalmente a partir do uso do computador conectado a internet?

Se a maioria dos projetos de inclusão digital compreende essa perspectiva como sinônimo de inclusão social então o caminho pra se chegar a uma inclusão social é pela a

inclusão digital: através do acesso e do uso das TICs. Assim sendo, os projetos consideram que ao conectar jovens pobres à internet estará incluindo-os socialmente.

As ações de inclusão digital do Projeto da EII, através dos cursos oferecidos por ela, se preocupam em oferecer atividades contextualizadas às características das comunidades atendidas, mas o uso da tecnologia não é feita de maneira conexa ao modo de vida nem à necessidade da comunidade. Essas ações não são desenvolvidas no sentido de promover a competência informacional dos alunos utilizando poucas atividades que desenvolvam a habilidade de uso do pensamento crítico para localizar, avaliar e usar a informação em prol da coletividade tornando-os aprendizes independentes. Essas atividades se restringem a buscas em sites prioritários e digitação de textos e análise em editores de textos. Sendo assim, o desenvolvimento de conteúdos fica prejudicado uma vez que o conhecimento se torna realidade quando a informação é adequadamente assimilada, agregando ou modificando significados aos conhecimentos prévios dos alunos.

É preciso pensar em ações em que os alunos busquem informações utilitárias que possam suprir suas necessidades básicas como alimentação, habitação, segurança, saúde, vestuários, educação, segurança, esporte, lazer e entretenimento. Para inserir digitalmente os jovens as ações devem passar também pelo acesso ao lazer, à comunicação e ao entretenimento. O significado de estar na internet e o que os jovens gostam de fazer na internet vai além do que diz a literatura (ter acesso, instrumentalizar, ampliar mercados, dominar cognitivamente os recursos, etc.). Acreditamos assim que para os jovens ser incluído digital passa também por uma dimensão interativa, como demonstraremos a seguir:

4.4.1 DIMENSÃO INTERATIVA DA INCLUSÃO DIGITAL

Perguntamos aos alunos o que eles mais gostavam de fazer na internet, obtivemos as seguintes respostas:

“De tudo um pouco, estudo, leio baixo músicas, vídeos entro em Twitter, MSN...gosto de interagir com os amigos e outras pessoas.”

“Entrar no meu Orkut”

“fala no MSN”

“conectar no MSN e Orkut”

“eu gosto sim de emtra (sic) na internet mais também mais da para faser (sic) trabalhos da escola”

“escrever mensagem”

“MSN e Orkut”

“Baixar programas de edição, músicas, filmes, ver blogs sobre moda etc...pesquisar”

“pesquis (sic) escolares e Orkut.”

“pesquisa em prego (sic)”

Dando prosseguimento perguntamos: O que significa estar na internet (participar de redes sociais, acessar email, baixar arquivos, etc.) para você?

“Significa ter acesso á tudo que existe no mundo digital, pois posso fazer várias coisas tipo, comprar celular, roupas, livros, e outros”

“Para mim é poder fazer muitas coisas como procurar um emprego, fazer trabalhos escolares e etc...”

“baixar jogos”

“participar de redes sócias (sic)”

“praticar é sempre bom”

“Para mim, para estar na internet, só precisa estar conectado à ela.”

“significa que eu estou aprendendo a fazer coisas que eu não sabia”

“pra mim é importante estar por dentro da tecnologia e modernidade. A busca de informações nunca é de mais”

“e bom porque me ajuda a desenpenha (sic) meus conhecimento e aprender”

Os alunos nos revelaram que ao terminar o curso esperam sim ser incluídos no mercado de trabalho, no entanto, a maioria se sente incluída porque está interagindo com pessoas e participa de redes sociais. Isso nos leva a pensar que inclusão digital pra eles passa muito mais por uma dimensão interativa do que somente técnica, cognitiva ou

social. Ou seja, uma dimensão que leva em consideração as habilidades adquiridas em seu contexto particular e as necessidades informacionais e de comunicação dos sujeitos. Portanto, é preciso considerar esse convívio da internet dos jovens como uma oportunidade a ser explorada.

Os jovens se consideram incluídos digitais porque interagem com outras pessoas, se comunicam com amigos e procuram assuntos do seu interesse. Os alunos revelaram suas motivações pessoais que rompem as barreiras de tempo e de espaço, mas que fortalecem laços de amizade, identidade e pertença, onde ser incluído digital é estar interagindo com o outro nas redes sociais, compartilhando informações, produzindo e publicando suas ideias, seus interesses, suas maneiras de ser e de pensar. Cabe aqui perguntarmos se a dimensão interativa é própria da sociedade ou dos jovens?

Os projetos de inclusão digital trazem fortemente em seus discursos que é preciso dar emprego, educação e cultura aos jovens pobres como forma de suprir a carência e acabar com a violência que, em geral, é associada às comunidades onde vivem esses jovens. É preciso repensar, portanto, o discurso sobre inclusão digital. Como isso seria possível? Acreditamos que é preciso atentar para as questões que compõem a noção de exclusão social. Concordamos com Warschauer (2006) que é preciso incluir nos projetos de inclusão digital, questões relacionadas “a conteúdo, língua, educação, letramento, ou recursos comunitários e sociais” (p.21).

A inclusão digital proposta pelo Projeto da EII enfatiza o acesso disponibilizando os equipamentos tecnológicos oferecendo acesso a rede e a capacitação dos usuários no uso das máquinas e aplicativos da internet. Isso é um passo inicial rumo à inclusão. Um projeto de inclusão digital deve primar pela emancipação tecnológica dos seus usuários e não somente proporcionar o acesso a computadores conectados a internet e ensinar informática.

É preciso ir além, pensar numa inclusão digital que enfatize os processos cognitivos capacitando os alunos intelectualmente por meio da apropriação social das TICs e da competência informacional de conteúdos mais complexos referentes a sua realidade social. Também é preciso enfatizar a construção da cidadania. O Projeto da EII, em seu curso de Telemática e Cidadania, já procura enfatizar essa temática é preciso

apenas ampliar a formação dos alunos para utilização das TICs no sentido de desenvolver habilidades e conhecimentos para resolução de problemas locais e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inclusão social é vista atualmente como condição indispensável ao exercício a cidadania por garantir a participação ativa na vida em sociedade, seja para exercer os direitos e deveres ou para ter acesso aos bens e serviços, ou seja, pela possibilidade de exercer os direitos políticos, civis e sociais.

As novas TICs redefiniram as formas de pensar na sociedade contemporânea alterando padrões de consumo, insumo e acumulação de capital (técnico, intelectual, econômico, político, social, cognitivo e educacional). É preciso, pois atribuir as TICs a devida importância na sociedade da informação sem esquecer, no entanto que não apenas as TICs promovem mudanças sociais, mas sim a constante formação intelectual dos indivíduos através dos processos cognitivos que vão além da proposta para ampliação de mercados. A tecnologia desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida e dos serviços e quem tem acesso a esses serviços tem maior quantidade de benefícios a seu dispor.

O conceito de inclusão social considera a inclusão digital um importante meio de integração das classes menos favorecidas sendo um fator de auxílio para inclusão social. Sendo definido como a falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica. Já o conceito de inclusão digital diz respeito: ao acesso às tecnologias, a habilidade ou a utilidade do instrumento; a capacidade de acessar, adaptar e criar novo conhecimento por meio do uso da nova tecnologia de informação e comunicação; ao requerimento básico para a formação do cidadão; ao processo de consumo da tecnologia e ao processo de transformação cultural.

A disponibilização das ferramentas e de uma infraestrutura tecnológica adequada contribuem para o processo de inclusão digital uma vez que é fato que o grau de desenvolvimento econômico pode determinar a inclusão digital de um indivíduo bem como de uma sociedade. Mas, apenas o acesso às TICs *per si* e o acesso à informação não garantem a inclusão digital. Para que o acesso às TICs gere uma transformação do uso efetivo das mesmas os sujeitos devem: produzir conhecimento e informação de forma crítica, reflexiva e criativa; deixar de serem apenas meros consumidores e receptores das TICs; e deixar de serem adestrados e instrumentalizados em informática. Tudo é possível quando os sujeitos passarem a serem autores da produção do seu próprio conhecimento e informação.

A qualidade e o local de acesso as TICs bem como a atitude em relação ao uso das mesmas são barreiras que o Governo deve levar em conta na hora de desenvolver projetos que pretendam incluir digitalmente. Mas é preciso ir além, estender o acesso em casa como prioridade e melhorar a qualidade desse acesso admitindo que os problemas também são culturais e econômicos. Segundo Warschauer (2006) "o desafio político global não é superar a exclusão digital, mas expandir o acesso e uso da TIC para promover a inclusão digital" (WARSCHAUER, 2006, p 282). Para isso, deve-se considerar o contexto e o propósito com que as TICs são utilizadas: a desigualdade de acesso, de meios técnicos, de autonomia, de habilidade e de apoio social.

Na elaboração de programas e projetos de inclusão digital as questões sociais, políticas e econômicas da inclusão social devem. No entanto, será necessário levar em conta o contexto das comunidades onde esses programas e projetos serão inseridos. O reconhecimento do contexto traz impactos significativos e diretos na comunidade possibilitando a partilha de conhecimentos, a valorização e a ampliação da cultura, a partilha do respeito à diversidade e a dinâmica da autoria (LEMOS, 2004).

Dentre tantos desafios importantes, citados acima, destacamos também a necessidade da criação de uma política pública de inclusão digital que tenha a perspectiva de uma efetiva inclusão social. É necessário ir além do simples combate à exclusão digital que enfatiza o acesso e a ampliação ao uso das TICs. É preciso pensar em estratégias de inclusão digital atrelada a uma inclusão social no seu sentido mais amplo de inclusão digital que prioriza a gestão do conhecimento oportunizando mudança, transformação social e construção de conhecimento e também levar em consideração o que é ser ou estar incluído digitalmente para população atendida pelos programas.

Também é preciso reconhecer que essa forma de conceber a inclusão digital, como sendo algo meramente técnico, como apresentar o computador às pessoas ou ensiná-las como utilizar programas e aplicativos informáticos, muitas vezes *softwares* proprietários, para inserção no mercado de trabalho, deve ser ampliada.

A inclusão digital não deve ser totalmente focada no acesso às TICs, habilidades e atitudes. O acesso é importante, mas é preciso dar condições para que a tecnologia seja efetivamente utilizada de forma significativa. É preciso pensar em estratégias que incorporem uma série de atividades relacionadas à informação, aprendizagem,

entretenimento e lazer, comunicação, trabalho em rede, participação econômica, financeira e política.

De um modo geral podemos constatar que, como na grande maioria dos programas de inclusão digital, o Projeto da EII tem como foco a questão da cidadania, a profissionalização, a instrumentalização em informática e a ampliação de mercados. Mas, como já traz em seu objetivo geral, prioriza a inserção do sujeito na sociedade da informação via a empregabilidade ou formação para o trabalho.

Concluimos que o Projeto da EII pode ser um bom meio para incluir socialmente via inclusão digital, mas, se os seus objetivos e ações se voltarem mais para a dimensão cognitiva da inclusão social, a consideração do contexto, a consideração dos determinantes tecnológicos (acesso, uso, apropriação tecnológica e competência informacional) e a consideração dos capitais técnico, cultural, econômico e social (LEMOS, 2004). Agindo dessa forma o Projeto da EII deixara de fazer uma inclusão digital subalterna, que é pautada apenas na técnica, e na instrumentalização em informática, voltada para a questão da empregabilidade e ampliação de mercado e que contribui estatisticamente para uma redução de excluídos digitais.

A consideração do contexto é determinante na identificação do tipo de apropriação tecnológica que os alunos fazem das TICs e dos seus recursos sociais. No entanto, é preciso considerar a dimensão interativa da inclusão digital que para nós é aquela que considera o contexto, a interatividade entre os sujeitos, a apropriação social, a participação das pessoas na rede, a valorização da cultura e o sentimento de pertença.

É importante destacarmos que embora os jovens tenham uma visão ainda instrumental da inclusão digital eles não se percebem, em sua maioria, excluídos digitais, quem assim o faz é a literatura ao afirmar ou elencar quem é ou não incluído digital ou definir aspectos padrões, níveis e indicadores de inclusão. Os jovens se sentem incluídos digitais porque estão em contato direto com tecnologia, tecnologia essa que a liga às pessoas ao mundo, as coisas que são do seu interesse e umas as outras. Isso é para eles o que significa inclusão digital! Por isso a consideração da dimensão interativa da inclusão digital deve ser considerada e foi o diferencial encontrado nesse estudo.

Esperamos com esses resultados colaborar para uma discussão mais ampla e esclarecedora sobre o que vem a ser inclusão digital e como ela se efetiva na prática

cotidiana, também acreditamos que esses resultados possam ajudar a esclarecer um pouco mais a problemática do processo de interação entre acesso e uso da tecnologia, a relação que se estabelece entre a tecnologia e os grupos que dela se utilizam e a possibilidade de uma inclusão digital para além da aquisição do desenvolvimento da habilidade, conhecimentos mecânicos e da instrumentalização em informática.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATIONS – ALA (1989). Presidential Committee on Information Literacy. **Final Report**. Chicago, p. 1, 1989.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramentos digitais, apropriação tecnológica e inovação. http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4SKPB_pt-BRBR368BR369&q=Letramentos+digitais%2c+apropri%C3%A7%C3%A3o+tecnol%C3%B3gica+e+inova%C3%A7%C3%A3o.+. Acessado em 20 de novembro de 2010.
- CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da informação**. Brasília, v. 32, n. 3, p28-37, set./dez. 2003.
- CASTELLS, Manuel. Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional. In: **Novas Perspectivas Críticas em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- _____. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.
- _____. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CAZELOTO, Edilson. **Inclusão digital: uma visão crítica**. São Paulo: Ed. SENAC, 2008.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **A próxima web – o que esperar do futuro da internet**. Ano 2, 2010, Edição 02. <<http://www.cgi.br/publicacoes/revista/educacao02/txt.htm>>. Acessado em 02 de janeiro de 2011.
- CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.
- DE LUCA, C. O que é inclusão digital? In: CRUZ, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.
- _____. **Conhecimento e aprendizagem na nova mídia**. Brasília: Editora Plano, 2001.
- _____. **Charme da exclusão social**. 2. Ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2002a.

_____. **Politicidade**: razão humana. Campinas: Papirus, 2002b.

_____. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas: Armazém do IPê (Autores Associados), 2006.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da informação**. Brasília, v.32, n1, p 23-35, abr, 2003.

FERREIRA, Sueli M. S. P.; DUDZIAK, Elizabeth A. La alfabetización informacional para la ciudadanía en América Latina: el punto de vista del usuario de programas nacionales de información y / o inclusión digital.. In: **World Library and Information Congress: 70 th**. IFLA General Conference and Council, 2004, Buenos Aires: IFLA, 2004. Disponível em <<http://www.ifla.org/IV/ifla70/papers/157s-Pinto.pdf>>. Acesso em 06 de dezembro de 2010.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. OS FARÓIS DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. In: **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>. Acessado em 10 de agosto de 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Editora Atlas, 1987. Capítulo II. O questionário. Conceituação. Vantagens e limitações do questionário. A construção do questionário. p. 124-132.

GUERREIRO, Evandro Preste. **Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

HARRIS, B. R. Communities as necessity in information literacy development: challenging the standards. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 34, mai. 2008. p. 248-255. Disponível em : <[http://web.ebscohost.com/ehost/results?vid=2&hid=109&sid=eaf3e572-a416-4eb6-9e5d-61eba853617c%40sessionmgr2&bquery=\(JN+22Journal+of+Academic+Librarianship%22+and+DT+20080501\)&bdata=JmRiPWxpaCZ0eXBIPTEmc2l0ZT1laG9zdC1saXZI](http://web.ebscohost.com/ehost/results?vid=2&hid=109&sid=eaf3e572-a416-4eb6-9e5d-61eba853617c%40sessionmgr2&bquery=(JN+22Journal+of+Academic+Librarianship%22+and+DT+20080501)&bdata=JmRiPWxpaCZ0eXBIPTEmc2l0ZT1laG9zdC1saXZI)>. Acesso em: 30 out. 2008.

HOLLOWAY, John (2003). **Mudar o mundo sem mudar o poder**. São Paulo: Viramundo.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS.(2005). Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. In: **National Fórum on Information Literacy**. Disponível em: <www.ifla.org/iii/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>. Acesso em: 28 out. 2010.

IRVING, Larry. **Falling Through the Net: Defining the Digital Divide**. A Report on the Telecommunications and Information Technology Gap in America. Washington, DC: US Department of Commerce. 1999. Disponível em: <http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/fttn99/contents.html>

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean, 1999. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora UFMG: Artmed.

LEMOS, André. Cibercidade. Um modelo de inteligência coletiva. In: LEMOS, André (org). **Cibercidade: as cidades na cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

_____, André. Apropriação, desvio e despesa na cibercultura. In **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 15, agosto 2001.

<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/famecos/article/viewFile/282/214>.

Acessado em 25 de novembro de 2010.

LEMOS, André; COSTA, Leonardo. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade do Salvador. In.: LEMOS, André (org). **Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 35-47.

LEVY, Pierre. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo, Ed. 34, 2001.

MATTOS, C. L. G. (2001): "A abordagem etnográfica na investigação científica", in **Revista INES-ESPAÇO**, n.º 16, pp. 42-59, jul./dez., pp. 42-59.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**. Ano XXII, Nº 37(1999), pp. 7-31.

PELLANDA, Nize. M. C.; SCHLÜNZEN, Elisa T.; SCHLÜNZEN, Klaus. S. J. (orgs.). **Inclusão digital: tecendo redes cognitivas/afetivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PAIVA, Denise Werneck; PEREIRA, Fernando do Amaral. Informação e inclusão social: algumas ações da Embrapa informação tecnológica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 53-70, jun. 2007.

PREFEITURA RECIFE. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **Regiões político-administrativas do Recife – Região Norte – RPA 2**. Recife, 2001.

_____. http://www.recife.pe.gov.br/2007/07/02/mat_144795.php. Acessado em 23/10/2008.

_____. http://www.recife.pe.gov.br/2009/03/02/cursos_de_informatica_atraem_milhares_de_recifenses_165911.php. Acessado em 23/10/2008.

_____. <http://www.recife.pe.gov.br/urbis2003/informatica.html>. Acessado em 23/10/2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Exclusão Digital**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Cidadania e redes digitais = Citizenship and digital networks.** Sergio Amadeu da Silveira, organizador. – 1a ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil : Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. Vários tradutores.

_____. Entrevista. Disponível em

http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&itemid=18&task=detalhe&id=10032. Acesso em 22 de dezembro de 2010.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. **Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas.** Novos estudos – CEBRAP. São Paulo, nº 72, Jul. 2005. Disponível em: <[HTTP://www.scielo.br](http://www.scielo.br). acesso em 26 de janeiro de 2010.

_____. Bernardo. [brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação.](#) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editora: Brasília, DF: UNESCO, 2003.

VAN ACKER, Maria Teresa Viana e RABIA, Selim. **Inclusão digital e empregabilidade.** Brasiliana Passarelle, Organizadora. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão social em debate.** Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Editora SENAC São Paulo. 2006.

WIKIPEDIA. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_digital>. Acessado em 05 de janeiro de 2010.

_____. <http://pt.wikipedia.org/wiki/google_docs>. Acessado em 10 de outubro de 2010.

www.softwarelivre.gov.br/swlivre/. Acessado em 25 de setembro de 2010.

APENDICE 01: QUESTIONÁRIO ABERTO APLICADO COM A COORDENADORA DA ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E TECNOLÓGICA

PROJETO DE PESQUISA:

A ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA DO RECIFE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DIGITAL – LIMITES E POSSIBILIDADES

Mestranda: Flávia Barbosa Ferreira de Santana

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Soares Padilha

QUESTIONÁRIO ABERTO APLICADO COM A COORDENADORA DA ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA DO RECIFE

1. Quais os objetivos da EII?
2. Objetivo Específico:
3. Como a senhora vê a possibilidade de inclusão digital dos jovens a partir deste projeto?
4. Como é definido o local onde a EII irá atuar?
5. Como é feita a divulgação do projeto para a inscrição dos jovens?
6. Há algum critério para inscrição na EII? Há alguma seleção para inscrição dos jovens participantes?
7. Quais as ações realizadas pelo projeto com os jovens participantes?
8. Quais os cursos oferecidos e a carga horária de cada um?
9. Os cursos possuem uma sistemática em relação ao acompanhamento do jovem? Ou seja, uma ordem. Eles fazem todos os cursos oferecidos pela EII.
10. Existe uma ordem para se fazer cada curso ou podem fazer ao mesmo tempo?
11. Há algum acompanhamento dos jovens egressos para saber se os objetivos do projeto foram atendidos?
12. Há algum programa de avaliação do projeto?

APENDICE 02: FORMULÁRIO ELETRÔNICO APLICADO AOS ALUNOS (1ª VERSÃO)**Formulário da Turma Finalizando o Curso**

Este formulário visa levantar dados para a pesquisa intitulada: Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife como instrumento de inclusão digital. Sua contribuição será muito importante. Agradecemos a sua colaboração! Flávia Santana.

Nome e-mail:

Sexo

- Feminino
- Masculino

Idade

Qual a sua formação?

- Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série)
- Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série)
- Ensino Médio

Porque você se interessou por este curso? Você pode escolher mais de uma opção

- Você busca melhor qualificação profissional
- Você quer se inserir no mercado de trabalho
- Você quer aprender mais (conteúdos escolares)

- Para ter acesso à internet
- Para conhecer sobre o computador
- Para ter acesso à informações

Como ficou sabendo do curso?

- Indicação de amigos/familiares
- Informação da mídia? (Jornal, revista, internet, anúncios)
- Através das reuniões do Orçamento Participativo/Líderes Comunitários?
- Outro:

Trabalha atualmente?

- Sim
- Não

Se trabalha, onde? Que atividade você executa no trabalho?

Estuda atualmente?

- Sim
- Não

Onde? O que está cursando?

Você gosta de ler?

- Sim
- Não

O que você gosta de ler? Você pode escolher mais de uma opção

- Jornais
- Revistas
- Livros
- Outro:

Que tipo de informação você mais consulta em jornais/revistas?

A rectangular text input field with a light gray border and a white background. It has a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, indicating it is a scrollable area.

Se uma pessoa que precisasse da sua ajuda te pedisse para você dizer que documentos são necessários para tirar uma 2a via da carteira de identidade, como você ajudaria ela?

A rectangular text input field with a light gray border and a white background. It has a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, indicating it is a scrollable area.

Se não souber, onde buscaria informação?

Onde/como você busca informações para realizar as suas pesquisas escolares?

A rectangular text input field with a light gray border and a white background. It has a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, indicating it is a scrollable area.

Você já escreveu ou ajudou alguém a escrever um currículo?

- Sim
- Não

Como você fez?

Quando você precisa ir para um lugar que você não conhece, como você faz?

Como você se comunica, habitualmente, com seus amigos/conhecidos? Você pode escolher mais de uma opção

- Carta
- Telefone fixo/celular
- E-mail
- MSN
- Orkut
- Facebook
- Skype
- Outro:

Você utiliza celular?

- Sim
- Não

Quais recursos do celular você utiliza? Você pode escolher mais de uma opção

- Ligar e atender
- Jogos
- Mensagens

- Rádio
- Fotos
- Bluetooth
- Outro:

Que serviços você costuma realizar na internet? Você pode escolher mais de uma opção

- Colocar crédito no celular
- Emitir segunda via de boleto de conta (Compesa, Celpe, Telemar, outros)
- Procurar itinerários de ônibus
- Buscar a localização de locais em mapas
- Solicitar carregamento de Passe-Fácil on-line
- Procurar Postos de Saúde
- Buscar emprego
- Visitar site do trabalhador para consultar serviços
- Visitar site da Previdência social para procurar, consultar ou solicitar serviços
- Visitar site da Justiça Eleitoral para consulta e solicitação de serviços
- Utilizar e-mail
- Utilizar Orkut
- Utilizar Twitter
- Participar de algum cursos a distância
- Verificar resultados de jogos (loterias, campeonatos de futebol, outros)
- Baixar jogos, músicas, vídeos
- Utilizar e-mail
- Fazer reclamações on-line
- Votar em (enquetes, BBB, concursos, outros)

- Verificar as ações do Governo (Federal, Estadual ou Municipal)
- Consultar o Portal da Transparência do Governo Federal
- Acompanhar solicitação feitas na internet
- Votar no Orçamento Participativo (O.P.) Acompanhar as obras realizadas pelo Orçamento Participativo (O.P.)
- Realizar transações bancárias (Pagamentos, saldos, extratos, transferências)
- Utilizar MSN
- Buscar informações sobre serviços e fazer consultas no site do DETRAN - Departamento de Trânsito de Pernambuco
- Outro:

Você conhecia esses serviços pela internet?

- Sim
- Não

Você acredita que esses serviços na internet podem lhe ajudar em alguma coisa? Em

quê?

Você sabe o que significa inclusão Digital? Explique.

Você se sente incluído digitalmente? Por que?

Ao terminar esse curso, você espera: Você pode escolher mais de uma opção

- Ter destreza no manuseio do computador
- Saber acessar à internet
- Ter autonomia e independência no uso da TICs
- Exercer uma prática social transformadora e consciente
- Ser capaz de compreender os desafios da sociedade contemporânea
- Ter capacidade financeira para adquirir e manter computadores
- Poder custear o acesso à rede e softwares básicos
- Ser autor do seu próprio conhecimento
- Conhecer e se comunicar com mais pessoas
- Saber baixar vídeos, músicas e jogos;
- Ter mais acesso à informações
- Conseguir um emprego;
- Outro:

O que você mais gosta de fazer na internet?

O que significa estar na internet (participar de redes sociais, acessar e-mails, baixar

arquivos, etc) para você?

Tecnologia [Google Docs](#) [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

APENDICE 03: FORMULÁRIO ELETRÔNICO APLICADO OS ALUNOS (2ª VERSÃO)

Formulário da Turma Finalizando o Curso

Este formulário visa levantar dados para a pesquisa intitulada: Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife como instrumento de inclusão digital. Sua contribuição será muito importante. Agradecemos a sua colaboração! Flávia Santana.

Nome

e-mail:

Sexo

- Feminino
- Masculino

Idade

Qual a sua formação?

- Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série)
- Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série)
- Ensino Médio

Porque você se interessou por este curso? Você pode escolher mais de uma opção

- Você busca melhor qualificação profissional
- Você quer se inserir no mercado de trabalho
- Você quer aprender mais (conteúdos escolares)

- Para ter acesso à internet
- Para conhecer sobre o computador
- Para ter acesso à informações

Como ficou sabendo do curso?

- Indicação de amigos/familiares
- Informação da mídia? (Jornal, revista, internet, anúncios)
- Através das reuniões do Orçamento Participativo/Líderes Comunitários?
- Outro:

Trabalha atualmente?

- Sim
- Não

Se trabalha, onde? Que atividade você executa no trabalho?

Estuda atualmente?

- Sim
- Não

Onde? O que está cursando?

Você gosta de ler?

- Sim
- Não

O que você gosta de ler? Você pode escolher mais de uma opção

- Jornais
- Revistas
- Livros
- Outro:

Que tipo de informação você mais consulta em jornais/revistas?



Se uma pessoa que precisasse da sua ajuda te pedisse para você dizer que documentos são necessários para tirar uma 2a via da carteira de identidade, como você ajudaria ela?



Se não souber, onde buscaria informação?

Onde/como você busca informações para realizar as suas pesquisas escolares?



Você já escreveu ou ajudou alguém a escrever um currículo?

- Sim
- Não

Como você fez?

Quando você precisa ir para um lugar que você não conhece, como você faz?

Como você se comunica, habitualmente, com seus amigos/conhecidos? Você pode escolher mais de uma opção

- Carta
- Telefone fixo/celular
- E-mail
- MSN
- Orkut
- Facebook
- Skype
- Outro:

Você utiliza celular?

- Sim
- Não

Quais recursos do celular você utiliza? Você pode escolher mais de uma opção

- Ligar e atender
- Jogos
- Mensagens

- Rádio
- Fotos
- Bluetooth
- Outro:

Que serviços você costuma realizar na internet? Você pode escolher mais de uma opção

- Colocar crédito no celular
- Emitir segunda via de boleto de conta (Compesa, Celpe, Telemar, outros)
- Procurar itinerários de ônibus
- Buscar a localização de locais em mapas
- Solicitar carregamento de Passe-Fácil on-line
- Procurar Postos de Saúde
- Buscar emprego
- Visitar site do trabalhador para consultar serviços
- Visitar site da Previdência social para procurar, consultar ou solicitar serviços
- Visitar site da Justiça Eleitoral para consulta e solicitação de serviços
- Utilizar e-mail
- Utilizar Orkut
- Utilizar Twitter
- Participar de algum cursos a distância
- Verificar resultados de jogos (loterias, campeonatos de futebol, outros)
- Baixar jogos, músicas, vídeos
- Utilizar e-mail
- Fazer reclamações on-line
- Votar em (enquetes, BBB, concursos, outros)

- Verificar as ações do Governo (Federal, Estadual ou Municipal)
- Consultar o Portal da Transparência do Governo Federal
- Acompanhar solicitação feitas na internet
- Votar no Orçamento Participativo (O.P.)
- Acompanhar as obras realizadas pelo Orçamento Participativo (O.P.)
- Realizar transações bancárias (Pagamentos, saldos, extratos, transferências)
- Utilizar MSN
- Buscar informações sobre serviços e fazer consultas no site do DETRAN - Departamento de Trânsito de Pernambuco
- Outro:

Você conhecia esses serviços pela internet?

- Sim
- Não

Você acredita que esses serviços na internet podem lhe ajudar em alguma coisa? Em

quê?

Você sabe o que significa inclusão Digital? Explique.

Você se sente incluído digitalmente? Por que?

Ao terminar esse curso, você espera: Você pode escolher mais de uma opção

- Ter destreza no manuseio do computador
- Saber acessar à internet
- Ter autonomia e independência no uso da TICs
- Exercer uma prática social transformadora e consciente
- Ser capaz de compreender os desafios da sociedade contemporânea
- Ter capacidade financeira para adquirir e manter computadores
- Poder custear o acesso à rede e softwares básicos
- Ser autor do seu próprio conhecimento
- Conhecer e se comunicar com mais pessoas
- Saber baixar vídeos, músicas e jogos;
- Ter mais acesso à informações
- Conseguir um emprego;
- Outro:

O que você mais gosta de fazer na internet?

O que significa estar na internet (participar de redes sociais, acessar e-mails, baixar

arquivos, etc) para você?

Tecnologia [Google Docs](#) [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)